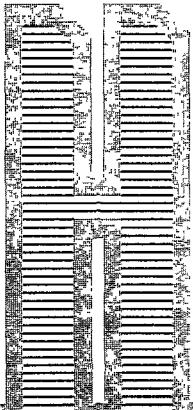




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 150

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 366ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Posição contrária de S. Ex^a ao mandato tampão para Presidente da República.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Situação da Previdência Social nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Telex recebido do Presidente do SINDIBRÁS, relacionado com a retenção por parte da Fiscalização Fazendária do Estado de Goiás de caminhões conduzindo cargas fracionadas.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Apelo ao Presidente da FIESP no sentido de que não sejam desativadas as escolas de 1º e 2º graus do SESI, no Estado de São Paulo.

DEPUTADO ORESTES MUNIZ — Considerações sobre reportagem publicada no jornal **O Estado**, de Rondônia, intitulada — Dezival garante: PDS vai exigir fidelidade.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Assentimento do Prof. José Maria Pinto ao posto de Diretor Executivo do jornal **A Crítica**, de Manaus.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Reivindicações da Associação de Moradores de Jardim Alvorada e adjacências, situada na Baixada Fluminense, que especifica.

DEPUTADO ALDO ARANTES — Dia Nacional da Consciência Negra.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Ofício recebido do Diretor-Presidente da COBAL, de esclarecimentos do processo de aquisição e distribuição de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

DEPUTADO EDISON LOBÃO — Assassinato do jornalista Mário Eugênio. Editorial publicado no jornal **Correio Braziliense**, intitulado — Justiça!

DEPUTADO JOSÉ GENOINO, como Líder — Possível intervenção armada dos Estados Unidos na Nicarágua. Declarações à Imprensa pela Vice-Ministra de Relações Exteriores da Nicarágua, Nora Astorga.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Apreensão de S. Ex^a com uma possível invasão da Nicarágua pelos Estados Unidos. Atual conjuntura brasileira, em face da sucessão presidencial.

1.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. José Genoino e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 367ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 107/84-CN (nº 456/84, na origem), de retirada para reexame da Mensagem nº 365/84-CN, relativa ao projeto de lei que “dispõe sobre o controle e a fiscalização da produção, da exportação, da importação, da comercialização e da utilização dos produtos fitossanitários e de seus componentes e dá outras providências”. **Deferida**.

— Nº 108/84-CN (nº 457/84, na origem), de retirada para reexame da Mensagem nº 364/84, relativa ao projeto de lei que “transforma a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauera — CEPLAC, em autarquia e dá outras providências”. **Deferida**.

2.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Considerações sobre o alto índice de mortalidade infantil em nosso País, decorrente da falta de assistência médica e desnutrição, segundo dados da UNICEF.

DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA — Assassinato do Sr. Anastácio Abreu e Lima, Delegado dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto—PB, ocorrido sábado último.

DEPUTADO JORGE VIANNA — Considerações sobre a retirada pelo Sr. Presidente da República da Mensagem Presidencial nº 364/84, relativa a projeto de lei que “transforma a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauera — CEPLAC, enviada ao Congresso Nacional”.

DEPUTADO JOÃO BASTOS, como Líder — Apoio às reivindicações salariais dos servidores públicos federais.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 13/84-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1985, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Osvaldo Lima Filho. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Legislativo — Senado Federal. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Judiciário. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Presidência da República. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Anc	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte Geral, Projeto Rondon, Territórios). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDAM e SUFRAMA). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDENE e CODEVASF). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDECO e SUDESUL). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 368^a SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 14/84-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial até Cr\$ 245.395.992, para o fim que especifica. (Em regime de urgência). **Aprovado.** À Comissão Mista para redação final.

Redação final do Projeto de Lei nº 14/84-CN, em regime de urgência. **Aprovada.** À sanção.

Projeto de Lei nº 15/84-CN, em regime de urgência, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000, para o fim que especifica. **Aprovado.** À Comissão Mista para redação final.

Redação final do Projeto de Lei nº 14/84-CN, em regime de urgência. **Aprovada.** À sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1984-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.119, de 14 de maio de 1984, que dispõe sobre a incorporação da Gratificação que menciona ao provento da aposentadoria, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

3.3 — QUESTÃO DE ORDEM

Formulada pelo Sr. João Bastos e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se dia 16, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.5 — ENCERRAMENTO

4 — REPUBLICAÇÃO

Discurso pronunciado pelo Sr. José Frejat, na sessão conjunta de 3-10-84.

Ata da 366^a Sessão Conjunta em 14 de novembro de 19842^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Cláudionor Roriz — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos

Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Morvan Aciaya — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fra-

gelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frotta — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marçilio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS;

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS;

Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Vianna — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rómulo Galvão — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Maceo — PDS; Oscar Alves — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Daracy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 262 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há um assunto que, por certo, já caiu no absoluto descredo da Nação, e que está sendo devidamente sepultado pelo próprio desprezo e atitude que o povo brasileiro, as lideranças, as bases partidárias, enfim, todos os canais de manifestações políticas a ele se voltaram, que é a proposta do mandato tampão, em má hora lembrada e trazida à discussão pelo caríssimo companheiro Governador Leonel Brizola.

O mandato tampão, sem dúvida nenhuma, atenta contra os interesses nacionais: o mandato tampão não é contra Tancredo Neves; o mandato tampão é contra o País,

porque um Presidente dotado de um poder transitório, de um poder tão provisório, tão precário, evidentemente, não teria condições, não teria autoridade para tomar decisões mais incisivas, mais corajosas que a crise econômica do País está a exigir. O Presidente com um mandato tampão, com um mandato provisório de dois anos estaria esvaziado politicamente e evidente que durante todo o período de seu mandato se trataria de discutir muito mais a sua sucessão, o que colocariam as questões candentes, as decisões econômicas a serem tomadas com urgência num segundo plano, o que é muito grave, o que é muito ruim para o País. Por outro lado, o que poderia fazer um Presidente de um mandato transitório, de um mandato provisório, de um mandato tão efêmero, de tão curta duração, senão dar pura e simples continuidade à política econômica já montada, já instalada e já consolidada pelo atual Governo? Por isso é preciso dizer que do ponto de vista econômico, do ponto de vista dos interesses nacionais, o mandato tampão é muito ruim, o mandato tampão não é contra Tancredo Neves, o mandato tampão é contra os interesses da Nação.

Mas tudo isso já foi dito, Sr. Presidente, tudo isso já foi salientado, e hoje o mandato tampão está em plena desmoralização, em pleno esvaziamento. As suas bases de apoio são extremamente precárias e estão reduzidas, hoje possivelmente apenas à figura do caro companheiro Governador Leonel Brizola. No entanto, eu gostaria de chamar a atenção para um outro aspecto, que é de fundamental importância, que é o problema da coincidência entre as eleições presidenciais, se vigorasse a tese do mandato tampão, a coincidência de eleições presidenciais e eleições constituintes em 86. Isto seria extremamente desastroso, isto viria contrariar os próprios interesses do País, porque todos nós sabemos que eleição constituinte e eleição presidencial são incompatíveis.

A Constituinte tem que ser precedida de um amplo debate, de um estudo aprofundado, criterioso, crítico, de uma gama variadíssima de assuntos; todas as mais candentes questões nacionais têm que ser profundamente debatidas e ramificadamente debatidas pela sociedade. O debate tem que se enraizar no corpo social, o debate tem que ser prioritário a respeito da organização e da elaboração de uma nova Carta Constitucional, a Lei Maior de um País.

Nós sabemos que uma eleição presidencial, pelo seu caráter personalíssimo, pela sua peculiaridade, porque ela está centrada em cima da personalidade, da figura pessoal dos candidatos; essa eleição presidencial colocaria o debate sobre a Constituinte num segundo plano, o que seria danoso para a futura Constituição, o que seria extremamente contrário aos próprios interesses do País, que precisa de uma Carta Constitucional livre, soberana, democrática e que possa redimir o País desses 20 anos de obscurantismo e de autoritarismo.

Por isso, Sr. Presidente, achamos que o mandato tampão está condenado pela Nação, não só pela sua impropriedade, pela inadequação ou momento histórico, mas até mesmo porque não serve, hoje, aos desígnios maiores de reconstrução democrática que o País pretende.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Devo declarar que tenho o Sr. Ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, na mais alta conta. S. Ex^o tem se dedicado, a fundo, para as grandes soluções, destacadamente dos aposentados deste País, o que declarei, da tribuna da Câmara, inúmeras vezes. Entretanto ao encontro de enaltecer a figura pessoal do Sr. Ministro, já o fazia quando S. Ex^o era Ministro do Trabalho e depois Ministro da Educação, mas eu fora da vida pública.

Fiz aqui ressalvas — e gritantes — em face de atuais dirigentes do IAPAS paulista, carioca e também do desdobramento dessa malsinada direção, que se encastela faz vinte anos. Entra Governo, sai Governo e se encastela no poder homens do Executivo do 2º e 3º escalões, e de nada adianta o esforço do Ministro e, talvez, até de nada adiantará o esforço do Presidente se, por acaso, uma limpeza de cima a baixo não se promova nessa área dos serviços públicos que atendem, quando bem funcionando, aos altos interesses do proletariado brasileiro. E, se não estiverem bem estruturadas, e não atendam realmente à lisura dos propósitos do grande proletariado, na assistência hospitalar, na assistência social, ficarão desservidas também da empresa, a empresa brasileira e o empresariado, de modo geral, porque ficam a braços com um problema do IAPAS que, na verdade, não funciona e que serve, também a esse setor.

Sr. Presidente, peço que mande publicar aquilo que se contém aqui. Não é muito, Sr. Presidente, mas se trata de um tópico em que se diz: "Ação entre Amigos e o Caos da Previdência Social". Depois um ofício ao Ministro, da lavra de José Maria Cabral, jornalista finalmente um manifesto da Associação Paulista dos Fiscais de Contribuição Previdenciária, e ainda uma carta aberta ao Péricles Sampaio, que este sim, ficou durante 30 anos na Previdência Social. Quem sabe com isto o Sr. Ministro, utilizando-se agora desses documentos, possa já, ao final do seu Governo, promover uma limpeza que nós todos, aqui, estamos esperando?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR NO SEU DISCURSO:

1. Os atuais dirigentes do IAPAS, em sua grande maioria, por incapacidade, falta de condições físicas ou preconceitos de toda a espécie, pouco fazem no sentido de obter a entidade aumento substancial de sua receita. O grupo que se apoderou da instituição, há tantos anos, desde o seu Presidente, Superintendentes Regionais e Secretários de Arrecadação e Fiscalização, fazem dela um instrumento de proteção própria e de seus amigos. Assim é que, com raríssimas exceções, já aposentados pelos cofres da Previdência Social, a ela retornam, ou não reconduzidos aos seus cargos, sem outro objetivo que não o de obter uma melhor remuneração, traduzida pela chamada "dobração".

2. Tal procedimento pode não ser ilegal, mas indiscutivelmente é dispensioso (pagam-se duas remunerações para o mesmo servidor), imoral e altamente negativo à imagem da instituição. Não são eles indispensáveis, como pretendem e como fazem crer ao próprio Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social. Sua capacidade técnica já foi testada e se algo de positivo fizerem, isso ocorreu há muito tempo. Hoje, seus métodos são totalmente superados. O Plano de Ação é ineficiente, acarretando pouca elevação da receita. Não obstante, insistem em manter privilégios, prejudicando outros servidores mais competentes e o próprio Sistema, em sua integridade.

3. São arrogantes, as medidas que adotam não trazem resultado algum, a não ser um clima de descontentamento geral, em todos os setores da arrecadação e fiscalização. Eliminam os que imaginam estar pleiteando suas posições de mando, os que trabalham com dedicação e eficiência, com receio de que o sucesso de alguns não integrantes de seu "staff" possa lhes fazer sombra. O que importa, para eles, é manterem-se nas mesmas posições, sempre acobertados por amigos também interessados em vantagens e cargos regiamente remunerados. Dessa forma, pouco ou quase nada de negativo chega aos ouvidos do Sr. Ministro, exceto informações capciosas por eles mesmos fornecidas. É um grupo coeso, homogêneo, que pensa e age de comum acordo. Quando um está em perigo de perder o cargo, os demais o socorrem.

4. No caso, por exemplo, do Decreto-lei nº 2.088/83, seus efeitos, em termos de aumento da arrecadação, não serão maiores, porque eles próprios estão prejudicando sua aplicação. Ao invés de pedir a colaboração de todos os servidores, dos Fiscais, Chefes de Regiões, o que seria muito fácil de se obter, ficam a fazer ameaças de exoneração (e exoneram), remoções para outras localidades, reduções de gratificações e outras vantagens, sem as quais não podem sobreviver os funcionários. Obrigam, por mero capricho, receio, preconceito ou vaidade pessoal, a solicitarem aposentadoria servidores que muito poderiam oferecer à instituição, enquanto eles, aposentados há anos, ultrapassados, dela não se retiram. São eles, desde os seus primórdios, os "donos" da Previdência Social e que até o momento nada apresentaram com vistas à solução de seus graves problemas.

5. Exatamente no momento em que se aproxime o final da presente campanha de arrecadação, alteram-se os comandos das Regiões Fiscais, instaurando um clima de absoluto terror. Dessa maneira, como podem esses servidores ter a tranquilidade necessária para executar suas tarefas, se não sabem onde vão trabalhar a partir do segundo semestre do corrente ano. Não sabem, sequer, os critérios que serão utilizados para a escolha de novas localizações. Apenas ficam as ameaças, como se fossem esses servidores e não eles, os dirigentes, os culpados, em grande parte pela difícil situação que atravessa a Previdência Social.

6. Na verdade, desejam os Fiscais e demais funcionários colaborar com o Sr. Ministro cada vez mais. Querem ser estimulados, pois a eles interessa muito que obtenha a previdência, no mais curto espaço de tempo, o seu indispensável equilíbrio orçamentário. Veja a diferença gritante de tratamento em relação ao pessoal da Secretaria da Receita Federal, que vê reconhecidos, pelos seus superiores, os esforços da classe na luta contra a evasão da receita tributária da União, com a edição do recente Decreto-lei nº 2.074/83, instituindo as Gratificações de Desempenho e de Nível Superior.

7. No IAPAS, é o contrário que acontece. São seus funcionários acusados de corrupção, que pouco ou quase nada fazem. E as acusações sempre partem daqueles que não têm autoridade moral para fazê-las. O ambiente de trabalho, a cada dia que passa, mais se deteriora, gerando apenas intransquilidade. Agoram-se os dirigentes aos seus postos, como se a previdência fosse propriedade deles. Não admitem críticas aos seus métodos, impedem o crescimento de novas lideranças, destroem ideais, em nome de seus interesses pessoais. E tudo isso facilmente é comprovado. Basta ao Sr. Ministro que ouça os próprios servidores da linha de arrecadação e fiscalização e não apenas o Sr. Presidente, os Superintendentes Regionais, o Secretário de Arrecadação e Fiscalização e seus auxiliares diretos, os Secretários Regionais de Arrecadação e Fiscalização, quase todos aposentados e reconduzidos aos seus cargos.

Algumas indagações:

1 — É legal a contratação, pela legislação trabalhista, de servidores com mais de 70 (setenta) anos de idade para cargos de direção do IAPAS? A nosso ver, parece cargo privativo de servidores estatutários, cuja idade limite, na atividade, é de 70 (setenta) anos.

2 — É justo que se restrinjam ao máximo as despesas com Diários nos Estados, enquanto a Direção Geral autoriza, a todo o instante, deslocamentos absolutamente inúteis. Seria interessante que se fizesse um levantamento a respeito.

"AÇÃO ENTRE AMIGOS E CAOS NA PREVIDÊNCIA"

O patrimônio da Previdência Social, em São Paulo, está abandonado. Há prédios em completo abandono, mostrando que os seus dirigentes no Estado de São Paulo, são os mesmos há mais de 30 anos, em verdadeira "ação entre amigos" e revezamento constante nos cargos

de comando, são responsáveis diretos pelos déficits, crises e descalabro da Previdência, cujo dinheiro é arrecadado dos trabalhadores e estes são os que menos sabem ou são informados a respeito do seu Patrimônio. Estão assim acabando com as reservas técnicas da Previdência Social. Citamos abaixo uma pequena relação deles:

— Duas casas na rua da Consolação nº 1.075 e 1.079, abrigando estranhos e até marginais; uma casa na rua Marquês de Paranaguá, nº 124, esquina com rua Visconde de Ouro Preto; três casas na rua Bento Freitas nºs. 76, 86 e 88, abrigando estranhos e depósito de frutas; um prédio vazio, na rua Bento Freitas, nº 45, onde funcionava o FUNRURAL, compra desnecessária feita pelo Sr. Carlos de Magalhães Prado, dois prédios na rua 24 de Maio, nºs. 208 e 250, onde fúciona a Agência Centro do IAPAS, com vários andares vazios. Ali no 208 funcionou por mais de 25 anos o famoso Clube Badaró que foi despejado e não pagou um níquel de aluguéis; atualmente funciona um clube carteado; um prédio na rua Conselheiro Crispiniano, 125, com vários andares vazios, onde funciona, também, um clube de carteado, uma Fazenda no Guarujá sem rentabilidade ou benfeitoria alguma; uma Fazenda entre os Municípios de Americana e Cosmópolis que estava apropriada pelo Sr. J. J. Abdala, com plantação de cana-de-açúcar e ninguém informa a sua renda ao IAPAS e, se rende, quanto rende e como é aplicada tal receita; um terreno na Rua General Olímpio da Silveira, esquina com rua Lopes de Oliveira nº 690, 682, 668 com rua Oscar Thompson, 49-63 rua Olímpia de Almeida Prado, onde há anos estava instalado o Circo Piolim, no local há residência e casas comerciais; 100 alqueires em Osasco, abandonados, recebidos como parte de dívida.

— Uma área de 15.000 m² em Vila Mariana, invadida por estranhos e marginais; três terrenos em Cidade Dutra, abandonados; uma quadra de nº 105 na Cidade Dutra, onde foram construídos sobrados, em prédio, em Cidade Dutra, rua Amaranduba construído para supermercado, onde funcionou um cinema, depois uma gafaria e que está abandonado. Sabe-se que esse prédio está em poder do Sr. Antônio Barreta. Uma associação de Aposentados tentou locá-lo, mas nada conseguiu. O prédio está se deteriorando. Ele poderia ser reformado e aproveitado em função dos trabalhadores daquela área, que somam mais de 500 mil na Cidade Dutra, Vila São José, Grajaú, São Bernardo, Perelheiros e Colônia.

Duas lojas na praça Escolar, cujos telhados desabaram, vários lotes invadidos e com construções clandestinas, na rua N. S. do Outeiro (Cidade Dutra); 60 lotes adquiridos há 35 anos em Interlagos, invadidos e onde foram feitas contruções, também clandestinas, uma Fazenda em Itupu com 70 alqueires, do ex-IPASE; outros imóveis abandonados e transformados em campos de futebol, em Vila Monumento, Ipiranga, Moóca, alguns transformados em praças, sem autorização e sem indenização.

Ação entre amigos

O jornalista J. M. Cabral mostra essas mazelas, além de outras já denunciadas e aponta os responsáveis que se revezam nos cargos chaves da Previdência em São Paulo. Um revezamento chamado pelo jornalista de "Ação entre amigos". Péricles Sampaio — Delegado do IAPI e Carlos de Magalhães Prado — Chefe de Gabinete do IAPI; Jorge Haginal — Delegado Regional do IAPI — Péricles Sampaio, Procurador-Regional do IAPI — Carlos de Magalhães Prado, Diretor do FUNRURAL — Carlos de Magalhães Prado, Superintendente Regional do INPS; Superintendente do INAMPS — Carlos de Magalhães Prado, Superintendente do IAPAS — Péricles Sampaio, Procurador Regional; Jorge Haginal, Procurador Regional Substituto.

O quadro é expressivo. Ele se perpetua há mais de 30 anos. Pode-se deduzir que a Previdência, em São Paulo, estando em crise permanente, deve-se àqueles respeitáveis senhores e sua capacidade de trabalho. Agora, se em

São Paulo, o maior centro arrecadador, o caos e a crise são constantes, imagine-se em outros Estados, onde também se alastram os amigos dos amigos, numa corrente nacional, começando pela Direção no Rio de Janeiro.

Enquanto isso, os quadros de carreira são desmotivados e o funcionalismo fica descontente, perde o incentivo e os que se atrevem a protestar, reclamar, ai deles! são pressionados, ameaçados e recentemente, uma até suicidou-se (Raul da Silva Martins).

Ainda, no atual Governo, o Sr. Ministro Passarinho poderia fazer a limpeza geral, notadamente, sabendo-se que a maioria dos "donatários" da Previdência Social está aposentada, ocupando lugar de outros. — **José Maria Cabral** — Reg. M.T. nº 7074."

"Excelentíssimo Senhor Ministro Jarbas Passarinho
Os fatos apontados nesta denúncia não constituem novidade, pois se referem a irregularidades praticadas pelo atual Superintendente do IAPAS, Sr. Carlos de Magalhães Prado, devendo, contudo, algumas serem ressaltadas pela extrema gravidade que elas representam no seio comunitário da Previdência Social. Como se sabe, o senhor Carlos de Magalhães Prado, era antigo agregado no cargo de Tesoureiro, e invocando posteriormente o Plano de Classificação de Cargos, perdeu a condição de agregado, passando a integrar a categoria de Fiscal de Contribuições Previdenciárias. E nesta categoria aposentou-se. Ainda, posteriormente, optou pela condição de agregado, tendo seus proventos registrados, no cargo de Secretário Regional de Finanças. Ora, de conformidade com a formulação DASP 231, que tem força vinculativa (item 3 do art. 116, Decreto-lei nº 200). "Apois realizada a aposentadoria não pode dela o funcionário desistir ou optar por outra situação funcional, por sua vez o Decreto-lei nº 225, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Administração do INPS, disciplina no seu art. 7º § 1º:

"Os servidores pertencentes aos quadros em extinção, a que se refere este artigo, continuarão a prestar serviços ao INPS, assegurados os direitos e vantagens inerentes à sua condição de servidores autárquicos."

onde se conclui ficou extinto o cargo de Tesoureiro, não podendo haver plano de classificação para esta categoria.

Aliás, tais fatos, foram objeto de notícia no Jornal **O Estado de S. Paulo**, publicado no dia 1º de março de 1984, cujo título é **Denunciada Manobra da Segunda Aposentadoria**. O Presidente do IAPAS, Sr. Euler de Lima, no mesmo jornal, no dia 15 de março de 1984, tentou, evidentemente **ilaquidado** na sua boa fé rebater os argumentos contidos naquela notícia, não conseguindo, todavia, sequer explicar os fatos à luz do direito, considerando ainda que o gabinete deste senhor praticamente é composto de servidores aposentados.

Não se desconhece, por outro lado, que o Fiscal Raul da Silva Martins, após ter sido "interrogado" por colegas seus em dependências do IAPAS, praticou o gesto extremo do suicídio atirando-se do Viaduto do Chá. E o Superintendente do IAPAS, o agregado, Sr. Carlos de Magalhães Prado, conforme notícia publicada no Jornal da Tarde, na sua edição de 31-3-84, afirmou que não mandou apurar nada porque não é de sua alçada, mas da Policia". Ora, sendo tais fatos ocorridos em Depto. do IAPAS, é dever indeclinável do Superintendente do Instituto, tomar as imediatas providências que lhe são inerentes por força de suas funções, tanto mais que em tese se dislumbrava o crime de induzimento ao suicídio previsto no art. 122 do Código Penal. Entre os deveres funcionais previstos nos itens VI e VIII do Art. 194 do Est. dos Funcionários Públicos Civis da União, estão a observância das normas legais e regulamentares, bem como a comunicação a autoridade superior de irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo. O Art. 217 do mesmo

Estatuto, determina que autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata em processo administrativo. Em remate dispõe o art. 226 que "tratando-se de crime, a autoridade que determinar o processo administrativo providenciará a instauração de inquérito policial.

Nada disso foi feito.

O que o Sr. Superintendente fez foi enviar aos servidores do IAPAS em São Paulo, em especial aos fiscais de contribuições previdenciárias, uma mensagem lacunosa e nebulosa através do (BSL/IAPAS/SRSP nº 68, de 9-4-84) sublima o autor da mensagem que: "no entanto, o dever me impõe, sob pena de omissão ou conivência, que as irregularidades constatadas, sejam objeto do adequado procedimento administrativo visando a caracterização de responsabilidades"; acentua, mais adiante, "existem interessados em que as apurações não prosperem, não titubeando em usar de mil e um estragagemas e envolvimentos". Ora, se assim o é, que o sagaz superintendente diga quem são essas pessoas, desemcompatibilizando-se de seu cargo de confiança a fim de que nomeie-se nomes aos bois, através de competente comissão e inquérito.

Denúncia vazia, denúncia anônima é mais criminosa que os eventuais denunciados.

Aliás, se for para o bem geral da comunidade Previdenciária, o Sr. Superintendente de há muito deveria ter abandonado seu posto. — **José Maria Cabral** — Jornalista — REG.M.T. 7074."

(Os fatos acima relatados fazem parte do meu livro "O Mito da Justiça Social" a ser editado)

"ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS FISCAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

São Paulo, 5 de abril de 1984.

Prezado colega:

1. A 25 de março último (domingo), falecia, em circunstâncias trágicas (suicídio), o colega Raul da Silva Martins, da Região Fiscal da Vila Mariana.

2. Durante os dias que se seguiram, muitas e diversificadas foram as notícias que chegaram ao conhecimento deste Conselho Executivo a respeito do acontecimento em causa. Por elas, sentimos que a Associação deveria adotar alguma providência, mesmo porque assim exigem seus Estatutos Sociais.

3. Para exame e avaliação da triste ocorrência, lamentável sob todos os aspectos, reuniu-se o Conselho Executivo, a 29 de março, ocasião em que, entre outras possíveis medidas, decidiu-se pelo comparecimento de todos os conselheiros à missa de 7º Dia que seria realizada no domingo seguinte (1º de abril) e bem assim pela publicação de convite a todos os parentes e amigos, para aquela cerimônia religiosa (**O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**).

4. Ocorre que, a 31 de março, os jornais **O Estado de S. Paulo** e **Jornal da Tarde** estamparam, em suas edições, reportagens alusivas à morte do colega, que chocaram, ainda mais profundamente, toda a coletividade fiscal previdenciária. E isto porque, segundo as reportagens, o fato estaria relacionado com a visita de dois Supervisores de nossa Secretaria Regional de Arrecadação e Fiscalização àquela Região Fiscal, na sexta-feira anterior 23-3-84.

5. Não há dúvida que o comparecimento àquela cerimônia foi muito além de qualquer expectativa. Não há dúvida, também, que após o seu encerramento, a maioria manteve-se em frente à igreja, por algum tempo, trocando idéias sobre os reais motivos que teriam levado o colega Raul da Silva Martins ao gesto extremo. Acrescente-se, a tudo isso, que, na oportunidade, foi distribuído, por um popular, panfleto de autoria desconhecida, a respeito do suicídio.

6. Em 2 do corrente, este Conselho Executivo comparece à presença do Senhor Superintendente Regional do IAPAS em São Paulo, a ele expondo a preocupação e intransqüilidade, tendo em vista a versão predominante dos fatos. Após ouvir, o Senhor Superintendente informou estar atento aos acontecimentos e que tomará todas as medidas pertinentes, visando ao seu amplo esclarecimento e que informará os resultados a toda a coletividade de fiscal previdenciária.

7. A ANFIP — Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias vem participando dessas reuniões por seu Presidente do Conselho Executivo e Vice-Presidente de Cultura Profissional. — **Pedro Augusto Sanchez**, Presidente — **José Vasconcellos de Oliveira**, Vice-Presidente Executivo — **Gilberto U. Franceschini**, Vice-Presidente Administração — **João Martins Rubia**, Vice-Presidente Finanças — **José Rubens Balaguer**, Vice-Presidente Política de Classe — **Laérte Horta**, Vice-Presidente Cultura Profissional — **Salvador F. Boccia**, Vice-Presidente Divulgação — **Ercília Cecília S. Orfei**, Vice-Presidente Serviços Assistenciais — **Adhemar Leite Cavalcanti**, Vice-Presidente Relações Públicas — **Takeshi Minazaki**, Vice-Presidente Patrimônio — **Fausto Castro Ruiz**, Vogal."

"CARTA ABERTA AO VELHO "PROCURADOR" REGIONAL DO IAPAS EM SÃO PAULO
Péricles Sampaio

Pela segunda vez dirijo-me ao "senhor" para indagar se foram tomadas providências ou pelo menos feito algum expediente com relação às denúncias por mim formuladas em carta anterior sobre os escândalos e a corrupção existentes na Procuradoria do IAPAS em Stº. André.

Segundo fui informado, o "senhor" ficou totalmente omissa como já era de se esperar, demonstrando não ter o mínimo interesse pela "coisa pública", em apurar as irregularidades. De duas uma: não tem capacidade para exercer o cargo que ocupa, ou concorda com as patifarias lá existentes.

É lamentável que o Procurador de uma autarquia, esteja tão comprometido, não lhe restando nenhuma autoridade moral para pôr fim à quadrilha que só tem se beneficiado, prejudicando os interesses da Previdência Social.

A pusilanimidade é a pior coisa no ser humano "senhor" Péricles Sampaio. O "senhor" é pusilânime, não merecendo o mínimo respeito. Seja menos cínico e mais honesto nas suas decisões, pelo menos durante o período que eventualmente exerce o cargo de Procurador Regional do IAPAS em São Paulo, não maculando o cargo que já foi ocupado por pessoas dignas que merecem o respeito de todos. O traidor, o covarde, o corrupto, devem ser banidos da sociedade, dos cargos públicos.

Dante da sua inércia e incapacidade em não instaurar inquérito para apurar os desmandos praticados pelo seu comparsa Antônio Sucena na Procuradoria do IAPAS em Stº. André, estou enviando ao Presidente Figueiredo e ao Ministro Jarbas Passarinho, farta documentação que compromete a sua "administração", ratificando as denúncias formuladas inclusive "xerox" de peças do processo de nº 495/83, instaurado na Polícia Federal de São Paulo, responsabilizando uma centena de marginais por haverem feito um derrame de milhares e milhares de guias falsas da Previdência Social, paralisando dez mil processos! A melhor coisa que o "senhor" devia fazer seria renunciar o cargo, não comprometendo a pessoa do Ministro Jarbas Passarinho, que o "senhor" se diz protegido dele e também a imagem da Previdência Social tão desgastada perante a opinião pública. Denunciar e não negociar, eis a questão. — **Domingos Barrozo**, Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recebemos do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Distrito Federal, um telex, em que solicita-seja feita a leitura neste Plenário e feitos alguns comentários.

O Telex versa nos seguintes termos:

Exmo Sr.
Deputado Denisar Arneiro
C Deputados
Nesta

Fiscalização fazendária Estado Goiás está apreendendo fronteiras com DF. Caminhões conduzindo cargas fracionadas destinadas cidades interior de Goiás com embarques consolidados em Brasília. Como tais cargas destinam-se à cidades sem volume de tráfego que justifiquem viagens diretas de S. Paulo, Rio, Minas e outros estados, inclusive em Goiás. A consolidação em Brasília é a única forma de prestação de um serviço regular de transportes para tais cidades em condições razoáveis de custos, reduzindo, além do mais, o consumo do diesel que, como é sabido, puxa nossa importação de derivados de petróleo.

Essa fiscalização, além de provocar paralisação de veículos por prazo exagerado tendo em vista a falta de infra-estrutura dos postos para tanto, está provocando maiores atrasos nos transportes. Como não vemos outra forma racional de fazer tais embarcações solicitamos a interferência de V. Sº para que, sem quebra dos interesses fazendários seja possibilitado os transportes dessas mercadorias que transitam pelo Distrito Federal.

Cordialmente, Osório Coelho Guimarães Filho — Presidente do Sindibras.

Sr. Presidente, a Secretaria do Estado de Goiás, não conhecendo a forma mais prática e mais econômica de fazer transporte, está interferindo na consolidação da carga que vem de todo o Brasil para esse Estado. É natural que se armazene essa carga em determinado lugar e o local escolhido pelas empresas de transportes foi Brasília, que é a única capital brasileira onde existe um terminal de transporte. Aqui chegam todas as cargas. Então, é feita a distribuição, a separação e encaminhadas aos municípios normalmente fronteiriços à Brasília. Mas, a fiscalização não está aceitando isso.

Agora, se transportarmos de São Paulo, do Rio, de Minas, duas, três toneladas para uma determinada cidade teremos que cobrar a lotação de um caminhão. Isto vai encarecer a mercadoria, entendo que ao ser esclarecida a fiscalização do Estado de Goiás, temos certeza de que ela vai levar em consideração e achará uma forma, junto com o Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Distrito Federal, de melhorar a fiscalização, não prejudicando o transporte.

Sr. Presidente, eram estas as considerações que desejava fazer. Muito obrigado. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, temos tido notícias preocupantes no nosso Estado sobre o SESI — Serviço Social da Indústria, que é ligado a FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O SESI é uma organização que a FIESP mantém a fim de que preste serviço social e, certamente, ao longo des-

ses anos todos, desde Simonsen que foi um dos baluartes da FIESP e do SESI, o SESI tem prestado inestimáveis serviços à comunidade paulista, particularmente neste caso. Durante longos anos o SESI manteve em diversas cidades, escolas de 1º e 2º graus e essas escolas atingiram a um padrão de ensino excepcional elevado, mesmo superior ao próprio ensino público. Foram escolas procuradas de forma intensa, principalmente pela população de baixa renda, visto que os locais onde eram montadas era justamente no sentido de favorecer a família do operário, a família do industrial, daquele que trabalhava na Indústria. Ao longo desses anos todos essas escolas do SESI foram única em bairros e até em cidades, Sr. Presidente. Agora, recebemos a notícia de que é intenção, e já está sendo executada essa intenção, desativar essas escolas de 1º e 2º graus. Já começaram a desativação das escolas de 1º grau.

Isto é lamentável, porque quando o SESI ainda tinha no seu comando, na FIESP, o Sr. Theobaldo de Nigris, um homem extremamente conservador, um homem até certo ponto de direita, a FIESP via nessa assistência social, prestada através das escolas do SESI, uma grande colaboração da indústria para com a comunidade e era uma forma de retribuir à comunidade aquilo que ela tem dado às indústrias do Estado de São Paulo. Após a saída do Sr. Theobaldo de Nigris, evidentemente, em outra época, em outros tempos, quando a pujança da indústria talvez fosse maior, subiu à Presidência da FIESP e, consequentemente, do próprio SESI, o Sr. Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, um homem mais jovem, com idéias novas e com uma liderança entre os industriais, não só do Estado de São Paulo, mas do Brasil. Presumivelmente um liberal, um homem com idéias mais liberais do que o Sr. Theobaldo de Nigris, justamente, por ironia, é o homem que começa a fechar as escolas, é o homem que começa a desaplicar o sentido social da formação do SESI, formação essa feita pela FIESP. Isto é extremamente lamentável, Sr. Presidente, justamente neste momento quando os alunos e as professoras, freqüentadores e trabalhadores dessas escolas, são os grandes prejudicados. Hoje, o grande número de escolas fechadas ou para fechar, do SESI, no Estado de São Paulo, é algo em torno de 29 escolas. Se fizermos as contas das despesas que essas escolas proporcionam ao SESI e, consequentemente, à FIESP e às indústrias, ver-se-á, Sr. Presidente, que é algo em torno de 30 milhões de cruzeiros por mês, evidentemente, deve ser a retirada de um industrial desses, se não for mais. Certamente, perto da potencialidade, perto da pujança que são o SESI e a FIESP é alguma coisa desprezível.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui registrado o nosso apelo para que cidades como Bariri, Ourinhos, Pederneiras, Barra Bonita, Bauru, Marília, não sofram isso que se desenha no horizonte que é o fechamento de escolas. Isto é lamentável, principalmente quando parte de lideranças tidas como liberais, de lideranças jovens, a quem o futuro do País, no campo da indústria, provavelmente estará entregue quase que totalmente nesta época de liberação, nesta época de abertura democrática.

Fica registrado o nosso protesto e o nosso alerta e juntamente com este alerta, um apelo a que o Sr. Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, uma das chamadas lideranças liberais dos industriais, possa rever esta posição, que é altamente danosa no campo social para todas essas cidades que, presumivelmente, terão as suas escolas do SESI, de 1º grau, fechadas. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélio Souza. (Pausa.)

S. Exº não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Orestes Muniz.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O desespero de certos malufistas está levando algumas das pessoas, que compõe o quartel general da campanha do Deputado Paulo Maluf, a tentar denegrir até mesmo a imagem do Supremo Tribunal Federal. Por incrível que possa parecer o jornal **O Estado**, do Estado de Rondônia, publicou matéria em sua primeira página, cujo título diz o seguinte: "Dezival garante: PDS vai exigir fidelidade".

Até aí, Sr. Presidente, tudo bem! Mas lendo a matéria enfocada pelo Presidente Regional do PDS, que passa a ler neste momento, vamos chegar a conclusão do absurdo que se tenta promover. A matéria diz o seguinte:

"O presidente regional do PDS, em Rondônia, Dezival Reis, disse ontem, em conversa telefônica com o vice-prefeito de Ouro Preto do Oeste, João Arrabal, ter recebido comunicado de Brasília, através do deputado Armando Pinheiro, de que o PDS terá dia 21 uma de suas reuniões mais movimentadas desde que foi iniciado o processo sucessório: o partido vai fechar questão quanto à fidelidade partidária."

Mas o absurdo vem agora, Sr. Presidente. Abre aspas novamente:

"O assunto está sendo mantido em sigilo — disse Dezival Reis — e o Supremo Tribunal já foi orientado pela Granja do Torto de que a consulta anterior foi apenas técnica, e não a nível partidário, ficando acertado de que o próprio STF dará parecer favorável a uma outra consulta, agora oficial do partido."

Veja, Sr. Presidente, que absurdo a que chegou a campanha malufista, a ponto de tentar denegrir a imagem dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e que não acredito que nem o Supremo Tribunal Federal e nem o Tribunal Superior Eleitoral se submetem às pressões do Paulo Maluf, se submetam às pressões da Granja do Torto, ou se submetam às pressões de que granja for, até mesmo do Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, e a notícia tem a responsabilidade de indicar o seu autor, que é o Presidente Regional do PDS, em Rondônia, que também, por sua vez, diz ter obtido essa informação através do deputado federal Armando Pinheiro, uma das pessoas integrantes do quartel-general na campanha do Deputado Paulo Maluf.

Sr. Presidente, o Deputado Armando Pinheiro tem a obrigação de vir a esta Casa esclarecer essas notícias publicadas nos jornais, para não pairar nenhuma dúvida a respeito da veracidade do noticiado por esse jornal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Srs. Deputados, a Presidência pediria que cumprissem o que dispõe o Regimento Comum, sobre o tempo de 5 minutos destinado aos oradores do período de breves comunicações, porque teremos pela frente a votação do Orçamento.

Portanto, darei a palavra a seguir ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto, a quem, repito, solicito que se atenha aos 5 minutos regimentais.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, logo após falar o Deputado Arthur Virgílio Neto, eu solicitaria a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Como Líder o senhor poderá falar a qualquer momento. Refiro-me aos que estão inscritos para o período de breves comunicações. Da regra geral, a Mesa tem tido uma certa liberdade, quando não há matéria importante na pauta da Ordem do Dia. Mas temos, hoje, a votação do Orçamen-

to. Por conseguinte eu solicitaria aos Srs. Congressistas que cumprissem o preceito regimental dos 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A ascensão do professor José Maria Pinto ao posto de Diretor-Executivo do jornal **A Crítica**, de Manaus, apresenta relevante avanço no que respeita ao diálogo Universidade-Imprensa-Sociedade, aumentando, por outro ângulo, a perspectiva de divulgação e discussão de sérias propostas para a Amazônia, gestadas no âmbito da Universidade do Amazonas.

Homem experiente, José Maria Pinto desfruta, também, por seu preparo intelectual inegável, do respeito da comunidade acadêmica. Ao lado de valores como Frederico Arruda, Raimundo Nonato, Ribamar Bessa e tantos outros, participou ativamente da formulação do documento "Proposta de Política Florestal para a Amazônia", no bojo dos trabalhos de Grupo Interministerial montado em 1979, para esse fim.

O documento é sério, Sr. Presidente! Tomei, inclusive, a liberdade de encaminhá-lo ao Dr. Tancredo Neves, que terá, em seu Governo de Transição Democrática, enormes responsabilidades para com a minha região. O documento é sério e bem atesta o compromisso de José Maria Pinto e seus companheiros da esfera universitária.

Agora, com a indicação de José Maria para a Direção Executiva de **A Crítica**, estou seguro de que a abertura para o repensamento da Universidade brasileira será ampliada nos quadros do conceituado matutino. Mais do que um empresário sensível, é o professor quem descontina, diante de sua atuação, a possibilidade de, com ponderável intensidade, lutar pela Amazônia e pela democratização do ensino, pela Universidade crítica, pelo respeito à comunidade científica da terra.

Daí por que me apresso em saudar, efusiva e cordialmente, a nova fase da vida pública de José Maria Pinto. Ao professor de renome, ao empresário de êxito, ao amazonólogo de peso, desejo muitas vitórias na rota que ora se esboça diante do jornalismo amazonense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tenho visitado, como sempre precedi, associações de bairros, e tenho tomado parte de suas assembleias. Debatido com os moradores os problemas locais e procreo encaminhar ou orientar como solucioná-los. Na verdade, o Deputado federal não tem recursos para oferecer àquelas necessidades municipais ou distritais. A Câmara dos Deputados cuida de problemas nacionais, mas, na verdade, não pode deixar de esquecer aqueles que aflingem as populações, os moradores dos bairros.

Sr. Presidente, sempre encontrei, nas associações de moradores de bairro, um evento novo, extraordinário, uma grande força atuante a serviço da comunidade. Exalto sempre o papel dessas associações, e quando Governador procurei auscultar-lhes, ouvir os seus diretores, os seus membros. Agora, mesmo, na semana passada, estive na Associação de Moradores Jardim Alvorada e Adjacências, cujo Presidente é o Sr. Wilson Antunes Pereira, e cuja sede fica à Rua Joaquim Caetano nº 36, no Jardim Alvorada, em Nova Iguaçu.

Sr. Presidente, tive um debate sério com todos os seus associados, e verifiquei de suas necessidades. Primeiramente, fica essa associação localizada na Baixada Flumi-

nense. Sabe V. Ex^a que essa região fluminense tem cerca de três milhões de habitantes. De um lado está ela circunscrita aos Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti, podendo se estender até Itaguaí.

Sr. Presidente, são 3 milhões de patrícios nossos que sofrem, porque faltam ali quase todos os elementos essenciais à saúde, ao progresso, ao seu desenvolvimento. Ouvi de diretores daquela associação que a cada hora e 15 minutos morre uma criança na Baixada Fluminense, devido à falta de saneamento básico, ou seja, 19 crianças, por dia.

Trata-se, em verdade, de uma vasta região assolada por enchentes, desabrigando famílias e afetando gravemente a saúde da população. Vi valas negras se espalhando por todos os bairros e, na certa, elas são também elementos provocadores de doenças.

Sr. Presidente, creio que caberia aos governos, notadamente ao do Estado do Rio de Janeiro, e aos prefeitos municipais, providências com referência a esses problemas, assim como o de calçamento de rua, de água, esgoto e de iluminação que, são problemas atinentes às esferas estadual e municipais. Quero, portanto, dirigir um apelo para que os governos municipais da Baixada Fluminense façam programas, elaborem trabalhos e submetam ao Governo do Estado, para que, se for necessário, solicitem recursos ao Governo da União, através de EBTU ou do Ministério do Interior.

Como Parlamentar, estou pronto a agir, sem nenhum espírito político, em defesa dessas populações, mas creio que cabe sobretudo ao governo municipal, ao Prefeito, essas atribuições, e logo após ao Governo do Estado, para que venha socorrer as municipalidades.

Faço daqui um apelo, Sr. Presidente, porque vi que essa associação de moradores Jardim Alvorada está trabalhando, e aquela região precisa do amparo do Governo, para um saneamento urbano urgente em atendimento a toda aquela população.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARANTES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O meu pronunciamento versa sobre o Dia Nacional da Consciência Negra. Mais uma vez, no dia 20 de novembro, a comunidade negra e todos aqueles que são solidários com essa causa estarão subindo à Serra da Barriga, para ali manifestarem a sua solidariedade e o seu reconhecimento à luta do grande combatente zumbi. E os negros e a comunidade negra, e os democratas do País procuram afirmar, nessa data, a verdadeira data da libertação dos escravos, procuram construir uma nova história, transmitindo às novas gerações que a História do Brasil foi construída pelo seu povo.

Portanto, Sr. Presidente, cabe-me dizer que a semana ora iniciada coloca na ordem do dia um marco na reconquista da identidade de nosso povo. Refiro-me às comemorações a ocorrerem em todo o País, principalmente em Alagoas, nas cidades de Maceió e União dos Palmares, quando se celebra a morte de Zumbi dos Palmares, o comandante do Quilombo dos Palmares, famoso reduto libertário de escravos, índios e brancos fugidos do chiqueiro implacável dos colonizadores escravistas portugueses.

Neste período serão desenvolvidos debates, reuniões políticas, encontros de secretários estaduais de cultura, apresentações artísticas, entre muitas outras atividades. Mas, acima de tudo isto, acontecerá a peregrinação cívica à Serra da Barriga, em União dos Palmares, no dia 20 de novembro, promovida pelas comunidades negras. Com tal atitude, assinalam sua discordância com o calendário oficial que diz ser o dia 13 de maio, o dia da li-

bertação, e, ao lá subirem, buscam voltar às suas origens, congaçando-se com o espírito militante dos combatentes quilombolas mortos por Domingos Jorge Velho, em 1695, na última expedição contra a República livre e igualitária de Palmares, cuja sede estava incrustada no alto daquele morro.

Este fato ultrapassa a teoria e desagua num movimento prático de reconquista de um pedaço de chão que transcende o mero gesto ritual de ali instalar uma pedra fundamental ou uma estátua do líder de todos os negros e exemplo de luta dos explorados.

A ida à Serra da Barriga não é apenas isto. Ela abre a senda para o reconhecimento de que por mais que a classe dominante tente apagar os feitos do povo oprimido, eles voltam com toda força a se incorporar à memória dos seus descendentes e de todo o povo oprimido.

Há nesta peregrinação um fato de significativa importância para todos nós. Palmares foi, por excelência, uma República democrática. Foi um projeto de nação trabalhada durante quase um século. Seus ensinamentos revelam a dificuldades de nossas elites em compreenderem e aceitarem a livre participação do povo na condução dos destinos do País. A lição de democracia ali encerrada tem de ser resgatada para provar a todos a possibilidade de uma democracia verdadeiramente substantiva.

O resgate da história palmarina, juntamente com o resgate de todos as nossas lutas populares, colocará de pernas para o ar todos os conceitos e categorias até agora construídos para o estabelecimento e conceitos, na verdade falsos, sobre o caráter brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Casa não pode passar ao largo deste movimento. Ele se insere no amplo desejo de mudança a percorrer o País em todos os sentidos e latitudes, ao qual ninguém passará impune. Todo apoio à causa negra deve ser prestado, todas as facilidades concedidas para o resgate de nosso passado, materializado no gesto dos militantes dos movimentos negros em recomporem sua história, na verdade, a nossa História.

Este apoio é necessário, pois as dificuldades são imensas. O racismo aberto ou velado, os preconceitos de todos os matizes, o sangue autoritário a correr nas veias de muitos, tornam esta escalada cheia de sacrifícios.

E nós, parlamentares eleitos pelo povo, devemos dar o exemplo de aceitação das demandas da comunidade negra, abrindo a consciência, despojando-nos do ranço e das veleidades eurocêntricas, para aprender e colaborar com este movimento. Isto porque há, na sociedade, principalmente nos setores sociais oprimidos ou que têm suas lutas apagadas ou ofuscadas em nossa historiografia, uma luta tenaz para se fazerem reconhecidos, como parte integrante da construção deste País.

Aí estão, juntando aos negros, as nações indígenas, legítimos donos destas terras brasileiras, não medindo esforços para preservarem sua vida e sua cultura. Está aí o sesquicentenário da revolta dos cabanos paraenses, responsáveis pela instalação no Pará, no Século XVIII, do primeiro governo popular de nossa História.

Enfim, é a história dos derrotados, dos deserdados e humilhados, buscando ser contada de maneira fiel e correta para mostrar ao País a falsidade da tão propalada cordialidade brasileira. Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a grande verdade colocada por estes movimentos, ancorada na própria forma como vivem hoje os descendentes destas lutas contra a exploração e a ignomínia é a de que no Brasil existiram conflitos seriíssimos e fraticidas, para a superação de contradições sociais entre classes sociais. Houve vencidos e vencedores, e por muito tempo não nos foi dado o direito de conhecer o ponto de vista dos perdedores. E, mais ainda: não foi permitido à sociedade entender que o Brasil não é um todo único e li-

near, mas a mistura de classes e segmentos de classes, com contradições entre si e transformações históricas ocorrendo por força destes embates.

Entretanto, imperceptivelmente, para o bem de nossa Nação, foram sendo criadas as condições para aparição na cena política dos elementos conformadores da luta dos verdadeiros produtores de nossa riqueza material. O resgate da memória negra é irreversível e nela, acredito, está a chave para a compreensão de nossa formação sócio-econômica.

Quero, portanto, fazer minha saudação aos acontecimentos desta semana levados adiante pelos movimentos negros e registrar o significado, a exemplo daquela realizada por Zumbi, da epopeia dos irmãos negros para contarem a verdadeira história do Brasil, para isto sendo concedida a desapropriação e tombamento da Serra da Barriga para construção do Memorial Zumbi.

Mas quero, acima de tudo, afirmar que a nossa História é rica de luta de contrários, de exploradores e explorados, e que urge afirmar este fato, rejeitando a versão de uma história construída por personagens capazes de decidir os rumos dos acontecimentos mais importantes da vida da Nação. O que se coloca concretamente, hoje, é ainda a luta de milhões de explorados — negros, brancos, mestigos, mulatos — contra os seus algozes que os submete, instituindo o arrocho salarial, o desemprego e a fome, a miséria e o absoluto abandono, a morte prematura de milhões de crianças desnutridas, o êxodo permanente de levas de trabalhadores rurais sem terra, o analfabetismo e, ao mesmo tempo, a invasão cultural estrangeira, como forma de alienação do povo brasileiro. Contra isso, lutamos, reerguendo o grito de Zumbi, o comandante dos palmarinos, na luta contra os explorados de sua época.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYC (PT — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em primeiro lugar queremos manifestar o nosso apoio à manifestação que ocorrerá defronte ao Itamarati, perante os delegados da Organização dos Estados Americanos, para fazer ver que o povo brasileiro não admite que haja qualquer interferência externa indevida sobre a Nicarágua, no sentido de que venha ameaçar a autonomia do povo daquele país em poder estabelecer um modelo próprio de desenvolvimento econômico. Assim achamos importante a posição que o próprio Itamarati vem de expor, no sentido de apoiar a independência e a soberania do povo da Nicarágua.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, venho registrar a resposta que acabo de receber do Presidente da COBAL, Carlos Fernando Zuppo, ao artigo que escrevi "Vértices da corrupção na compra da merenda escolar", publicado na *Folha de S. Paulo* de domingo último, a respeito do inquérito administrativo sobre irregularidades havidas na compra de merenda escolar na gestão passada da Fundação de Assistência ao Estudante e da COBAL. Esse inquérito foi encaminhado ao Presidente da FAE e, em seguida, está sendo encaminhado à Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, cujo teor final ainda não foi dado a público. A Ministra Esther de Figueiredo Ferraz informou-me que encaminhará à Procuradoria Geral da República as suas conclusões, para que sejam tomadas as providências perante à Justiça.

Registro, também, a nota à imprensa "COBAL ESCLARECE", que o Sr. Carlos Fernando Zuppo enviou-me nesta manhã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYC EM SEU DISCURSO

OF. PRESI-84/972

Brasília (DF), 14 de novembro de 1984

Exmº Sr.

Deputado EDUARDO MATARAZZO SUPLYC

Câmara dos Deputados

NESTA

Senhor Deputado,

É com satisfação que me dirijo a V. Exº para encaminhar cópia de Nota Oficial que distribuímos à Imprensa, visando esclarecer à opinião pública sobre a participação da COBAL — ao longo de nossa gestão —, no processo de aquisição e distribuição de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A par dos esclarecimentos formulados na Nota em apreço, não poderia deixar de fazer referência ao último parágrafo de seu artigo "Vértices da corrupção na compra da merenda", publicado pelo jornal "Folha de S. Paulo", em 11-11-84, onde V. Exº cita depoimento prestado pelo Sr. ARIOSTON CAVALCANTI, responsável pela Assessoria de Segurança e Informação, desta Empresa, ocasião em que teria afirmado que "havia, e ainda há, problemas de corrupção na COBAL".

Por nossa iniciativa, colocamos V. Exº diretamente em contato com aquele servidor, o qual de viva voz pode prestar os esclarecimentos solicitados, o que, acreditamos, não deixa dúvida nenhuma quanto a autenticidade do que afirmamos, anteriormente.

Na certeza de havermos cumprido com a nossa responsabilidade de esclarecer tanto ao parlamentar, quanto à opinião pública em geral, ficamos ao seu inteiro dispor. — **Carlos Fernando Zuppo**, Diretor-Presidente.

COBAL ESCLARECE

Visando esclarecer melhor à opinião pública a respeito das matérias publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo* (8-11-84), *Jornal da Tarde* (8-11-84) e *Folha de S. Paulo* (11-11-84), sobre o assunto Merenda Escolar, na qualidade de Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, passo a informar o que se segue:

1. Antes de tudo, é preciso que se diga que as acusações de corrupção na compra de produtos destinados à Merenda Escolar não dizem respeito à nossa administração, iniciada em março do corrente ano, uma vez que o inquérito a que se referem as matérias citadas trata de apurar ocorrências possivelmente verificadas em gestões anteriores à nossa;

2. Feito este esclarecimento inicial, é forçoso que se diga que, desde a nossa posse, em comum acordo com a atual administração da FAE, toda a sistemática de aquisição de produtos destinados ao suprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar foi alterada, visando, fundamentalmente, coibir os abusos e distorções passíveis de serem praticados, assim como melhorar o desempenho operacional do programa;

3. Com essas alterações, para efeito do processo de aquisição, os produtos foram divididos em dois grupos distintos: "produtos formulados" (aqueles produzidos especialmente para o PNAE, em observância a formulações próprias de caráter nutricional, e não encontrados no mercado), e "produtos básicos e industrializados de consumo corrente" (encontráveis em quaisquer atacadistas, supermercados ou varejistas, disponíveis à população em geral);

4. Os "Produtos Formulados" passaram a ser adquiridos exclusivamente pela FAE. Os "Produtos básicos e

industrializados de consumo corrente" continuaram a ser adquiridos por intermédio da COBAL, mas de forma descentralizada, participando desse processo interativamente, também, a FAE e as Secretarias de Educação nos Estados. No segundo caso, são formadas equipes mistas integradas por funcionários da COBAL/Matriz e FAE/DF, que se deslocam às Unidades da Federação e, conjuntamente com os representantes locais de ambas as instituições, promovem as compras. Reforçam, ainda, essa nova sistemática de aquisição, as reuniões que as equipes da COBAL e FAE realizam com as Secretarias da Agricultura e da Indústria e Comércio — antes das aquisições serem processadas — com a finalidade de não só lhes dar conhecimento do trabalho a ser desenvolvido, mas também de obter o apoio necessário quanto a indicação de fornecedores locais/regionais potencialmente aptos a participar do processo de compras;

5. Dentro dessa sistemática, também a decisão sobre a melhor proposta é assumida em conjunto e solidariamente por todas as instituições envolvidas, levando-se em conta, fundamentalmente, os critérios de preço e qualidade;

6. Por oportuno, cumpre ainda referir que as compras hoje realizadas — seja dos produtos formulados, seja para os demais —, são efetivadas mediante pagamento à vista, com o que foi possível baixar significativamente os custos de aquisição. Antes da adoção dessa modalidade, essas compras além de não terem assegurados previamente os recursos financeiros correspondentes, eram realizadas com prazos de pagamento que variavam de 30 a 60 dias;

7. Pelo exposto, os mecanismos estabelecidos de comum acordo entre a COBAL e a FAE — vigentes em nossa administração —, não deixam qualquer margem de dúvida quanto à lisura das operações que vêm sendo processadas ultimamente para a aquisição de produtos que compõem o cardápio da merenda escolar, com sensíveis ganhos para todos os segmentos envolvidos;

8. Nesse sentido, vale enumerar algumas vantagens alcançadas:

a) com a descentralização das aquisições, os Estados da Federação tiveram suas economias fortalecidas, seja pelo melhor aproveitamento de suas capacidades produtivas e de serviços, seja pela geração de empregos ou pelo recolhimento de tributos;

b) a par da redução dos custos de aquisição, em decorrência dos pagamentos à vista e da descentralização das compras, obteve-se também outros ganhos, especialmente no que se refere ao fator transporte;

c) por fim, cumpre mencionar que houve uma melhoria global no desempenho operacional do programa, com a adoção de medidas conjuntamente delineadas pela COBAL e FAE

Dante do exposto e com a certeza de havermos cumprido com o nosso dever de bem informar à opinião pública, esperamos seja restabelecida a verdade dos fatos no que diz respeito à nossa administração e atual sistemática de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, coordenado e financiado pelo MEC/FAE. — **Carlos Fernando Zuppo**, Diretor-Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O assassinato do jornalista Mario Eugênio deixou-nos profundamente chocados. É inconcebível que na Capital da República ocorram crimes desse jaez, que denotam a existência de uma deplorável insegurança.

Devo admitir que o Governador José Ornellas realiza uma notável administração no Distrito Federal. Suas obras se multiplicam por todas as latitudes de Brasília e o seu prestígio alcança altas taxas junto à comunidade. Por isso, a consciência do povo desta cidade espera do eminente Governador uma ação enérgica, no sentido de punir com rigor os assassinos. Mas, para isto é necessário que se identifiquem os criminosos, cuja busca, a meu ver, deve ser dirigida pelo Ministério Público, que saberá manter a necessária isenção nas investigações.

Quero registrar a minha solidariedade aos dirigentes e repórteres do **Correio Braziliense**, em especial a Edilson Varela, Ari Cunha e Ronaldo Junqueira. Durante anos tive orgulho de trabalhar no **Correio Braziliense** lado a lado com esses bravos companheiros, entre os quais Mário Eugênio, agora tão brutalmente assassinado.

Por último, peço a transcrição do editorial do **Correio Braziliense** sobre essa triste ocorrência, onde o jornal manifesta, com sua autoridade, preocupações com uma eventual impunidade. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO NO SEU DISCURSO:

"JUSTIÇA!"

As circunstâncias em que o jornalista Mário Eugênio Rafael de Oliveira foi assassinado, ao final da noite de domingo, fizeram a opinião pública suspeitar de que a polícia de Brasília talvez não possua as necessárias condições de isenção para conduzir o inquérito policial e chegar ao assassino ou assassinos. Esse temor decorre da natureza peculiar com o que o repórter exercia o seu mister, usando o seu talento para desvendar ações criminosas muitas vezes praticadas por elementos pervertidos da própria instituição policial. É claro que esses policiais constituem minoria dentro do corpo de agentes armados pela sociedade para protegê-la e que se desviam de suas funções pelas seduções da violência e da corrupção.

Seria, pois, de todo conveniente que, até mesmo em benefício da própria eficácia das investigações, o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, decidisse subsidiá-las. A presença da ação federal junto aos órgãos da polícia de Brasília justifica até em razão do clamor público, que se seguiu ao bárbaro trucidamento do jornalista. A sociedade e, mais precisamente, o **Correio**, onde o jovem profissional militava, exercem dever irrecusável de exigir esclarecimento cabal, de modo que não caia sobre o seu ou seus algozes o manto da impunidade.

Julga-se este jornal na obrigação de insistir nesse ponto não apenas porque foi diretamente atingido, mas, sobretudo, porque tem sido sua tradição em 25 anos de existência defender a sociedade contra os que a ofendem. E, no caso, a brutalidade com que foi perpetrado o crime e a pessoa da vítima sugerem a existência de uma conspiração de marginais de todo tipo contra um dos principais valores da sociedade democrática: a liberdade de imprensa.

Ao mesmo tempo, a morte do jornalista Mário Eugênio constitui gravíssima denúncia sobre os níveis de insegurança que hoje aterrorizam a população de Brasília. Como aspectos mais graves desse estado de coisas, ressaltam-se o fato de as estatísticas criminais terem alcançado incidência tão monstruosa e a constatação de que essa síndrome de terror ocorre em plena Capital da República. Brasília deixou para trás sua condição de uma das mais pacíficas cidades do País para converter-se em amplo reduto de ousada e impune atividade delituosa.

As organizações sindicais e as entidades civis, principalmente a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil, bem fazem ao se pôr imediatamente em ação para erguer a opinião pública contra essa violência inominável e adotar as providências que lhes cabem, a fim de que o matador ou matadores de Mário Eugênio, por efeito de qualquer falha, não escapem pelas malhas larga da impunidade. Afinal, ele foi imolado fria e covardemente porque se obstinou em servir à verdade, no exercício da relevante missão de informar o povo. Uma verdade que, lamentavelmente, muitas vezes atingiu alguns maus elementos da Polícia, incapazes de perceber os valores éticos indissoluvelmente ligados à missão de bem informar e não contemporizar com interesses menores contrariados.

Numa palavra: o que a sociedade deseja, na linha da tradição que o **Correio** sustenta há 25 anos, é simplesmente Justiça."

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino, como Líder do PT.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaríamo de, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, registrar o nosso total e irrestrito apoio à luta do povo da Nicarágua para defender a sua revolução e repudiar veementemente as ameaças e o plano de intervenção dos Estados Unidos da América, que, na verdade, quer transformar aquele país em mais um laboratório da morte, do assassinato e da política de intervenção.

O Presidente dos Estados Unidos, com essa tentativa e com esse preparo de intervenção, leva a frente uma política terrorista, uma política do assassinato, do genocídio e da morte; a Nicarágua, com o seu povo unido, de fuzil na mão, defende a liberdade, defende o futuro, defende a verdadeira justiça, defende, não só as conquistas da Revolução Sandinista, mas, acima de tudo, também, um futuro para a humanidade, enquanto Ronald Reagan representa exatamente a barbárie, o genocídio e a agressão.

Queremos aqui, Sr. Presidente, também manifestar o nosso total repúdio às declarações do Secretário de Estado norte-americano George Schultz, que aqui participando da conferência da OEA fez afirmações de um verdadeiro chanceler da intervenção, com declarações mentirosas, com declarações intervencionistas contra a Nicarágua e mesmo com relação aos países endividados com os Estados Unidos da América. Suas declarações são de arrogância e de um representante de uma grande potência que quer manter, no continente latino-americano, a sua área de domínio e de influência.

Finalmente, queremos aqui deixar registrado nos Anais do Congresso Nacional as declarações que estão no jornal **O Estado de S. Paulo**, de ontem, da representante sandinista, vice-chanceler Nora Astorga, que coloca claramente quem é que faz o terrorismo na Nicarágua.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOINO NO SEU DISCURSO:

"REPRESENTANTE SANDINISTA DENUNCIA "AÇÃO TERRORISTA"

"Compartilho das opiniões do secretário de Estado norte-americano, George Shultz, quando diz que a pior forma de mudar a vontade de alguém é pela força. Nós, na Nicarágua, estamos sofrendo este tipo de terrorismo por parte dos Estados Unidos, um terrorismo de estado."

Esta declaração foi dada ontem pela vice-ministra de Relações Exteriores da Nicarágua, Nora Astorga, em entrevista coletiva que movimentou um batalhão de jornalistas brasileiros e correspondentes estrangeiros que cobrem a 14ª Assembléia Geral da OEA.

Depois de reafirmar que seu país está aguardando a qualquer momento uma agressão armada por parte do governo norte-americano, Nora Astorga, analisando as advertências feitas pelo secretário de Estado em seu discurso, no tocante ao terrorismo, prosseguiu: "Já faz quatro anos que estamos sofrendo a ação terrorista dos Estados Unidos contra nosso país. E com um único objetivo: mudar pela força a vontade política do nosso povo de consolidar sua revolução, de consolidar o primeiro processo democrático, pluralista da Nicarágua, uma vez que, pela primeira vez, nós somos verdadeiramente não-alinhados".

Nora Astorga prosseguiu: "É contra este terrorismo que nós estamos. E parece que, para os norte-americanos, o terrorismo, que eles praticam não é terrorismo, mas uma luta pela liberdade. E de que estamos falando agora? É ou não é terrorismo minar os portos de um país? É ou não é terrorismo financiar tropas anti-revolucionárias que matam crianças, mulheres, assassinam nossas populações e destroem nossos centros de produção? Se isto é ou não terrorismo então realmente não sei o que seria terrorismo".

Nora lembrou ainda que o Presidente Ronald Reagan, há dois dias, "defendeu um manual de terror da CIA, dizendo que esse manual, pelos fins que pretende, é um manual adequado". E concluiu: "Então o país maior do mundo, que se autoproclama o maior defensor da democracia, que se proclama defensor do mundo livre, é precisamente o Estado que neste Hemisfério pratica o terrorismo de Estado."

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, que falará como líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ) — Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero secundar as palavras do ilustre líder do PT, Deputado José Genoino, a respeito da questão da América Central.

O mundo hoje está de olhos na América Central. Verifica-se, com muita propriedade, que há uma escalação e preparativos para a invasão da Nicarágua.

Nós, pessoalmente, que estivemos nos dois países, nos Estados Unidos da América e na Nicarágua, verificamos *in loco* quão grande é a diferença dentro daqueles países. A Nicarágua é um país pobre, um país pequeno, lutando com as maiores dificuldades possíveis e imagináveis, no sentido de construir o seu futuro e os Estados Unidos da América são um leão poderoso, que, em seus discursos e suas colocações, têm dito que a Nicarágua representa um perigo para aquele país do norte.

De uma coisa estou certo, Deputado José Genoino, se os Estados Unidos da América, invadirem, como parece que pretendem, a Nicarágua, poderão derrotar aquele povo, mas ficarão somente com o terreno e com a terra batida. A disposição do povo nicaraguense de defender a sua democracia, de defender o seu regime e a sua revolução é uma disposição que não tem limites. A consciência do povo nicaraguense hoje é algo de fenomenal.

Já me referi aqui, no Congresso Nacional e mais especificamente na Câmara dos Deputados, a respeito das loas que todos os jornais do mundo tecem à vitória do Sr. Donald Reagan, saudando o processo democrático dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo em que isso ocorre, o representante dos Estados Unidos junto a OEA, o Sr. Ronald Reagan, declara que a eleição na Nicarágua fora uma farsa.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o poder se legitima de duas formas: pela legitimidade direta, através das revoluções que acabam mudando uma estrutura para dar segmento a outra ou pela legitimidade indireta — isso nós aprendemos em Direito Constitucional —, através do sufrágio ou do voto. A Nicarágua fez as duas coisas: legitimou o seu poder, através de uma revolução popular e, para demonstrar ao mundo o nível da sua revolução, o nível de apoio do povo ao processo de transformação da Nicarágua, sujeitou-se a um veredito popular e o Partido Sandinista obteve mais de 80% da votação.

Dizer-se que isso é uma farsa é exatamente o início da preparação de uma invasão que se quer fazer e se anuncia há muito tempo. Por certo, os povos da América Latina têm que estar hoje muito preparados para essa hipótese, e respondendo ao "leão do norte" contrariamente a esse posicionamento. Porque, senão, nós transformaremos a América Latina num novo Vietnã.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu desejaría ainda, neste horário destinado à Liderança do meu Partido, trazer algumas inquietações ao Congresso Nacional no que se refere à conjuntura brasileira.

Vejo com muita apreensão discursos de deputados da Oposição, de modo mais específico do PMDB, que entendem diferentemente hoje de que falar-se em eleição direta neste País seria golpe ou golpe de Estado.

Vejo que essas declarações, especialmente a do meu ilustre amigo, Secretário desta Casa, Deputado Fernando Lyra, representam o mesmo que há seis meses atrás dizia o Sr. Paulo Maluf: "que eleições diretas eram golpe, porque o PDS teria maioria no Colégio Eleitoral e já teria garantida a sua eleição".

Hoje, vejo com muita tristeza, não só com tristeza, mas com certa apreensão, esses discursos de que eleições diretas seriam um golpe.

Vejo com muita apreensão, também, quando se quer discutir a questão do mandato, porque hoje a Emenda Carone parece que está "congelada"; quando se discute a convocação extraordinária do Congresso Nacional, e há interesses que estão querendo barrar a possibilidade da convocação do Congresso Nacional.

Ora, Sr. Presidente, se não houver uma convocação extraordinária do Congresso Nacional nós não votaremos mais nada este ano. E a questão do mandato tem que ser decidida antes da eleição, porque não existe nada mais conservador do que o poder. Não querem dois anos? Acham que 1986 é pouco? Vamos votar 88, agora, através da emenda Carone. Não existe nada mais conservador do que o poder. E da tribuna do Congresso Nacional chamo a atenção do ilustre Governador Tancredo Neves, porque nós da oposição não podemos fazer da política a arte dos nossos interesses imediatos e absolutos.

Por isso, o povo brasileiro, hoje, de alguma forma, se coloca numa posição de ojeriza aos políticos. Não é à toa que as pesquisas feitas sobre o Congresso Nacional, à cerca de quatro meses atrás, indicavam que nós tínhamos 65% abaixo de zero. E diga-se de passagem, isso aponta a campanha das diretas e da derrota da Emenda Dante de Oliveira.

Dessa forma, desejo chamar a atenção dos membros da Aliança Democrática, quero chamar a atenção do PMDB: chegou a hora de não só fazermos um discurso diferente do que fizeram aqueles que durante vinte anos foram poder neste País, como é fundamental, é imprescindível, é básico, que além do discurso, nós tenhamos uma prática política de acordo com os interesses do povo brasileiro, e de acordo com o nosso discurso.

Eu dizia sábado, numa manifestação no Rio de Janeiro, que pessoalmente me considero socialista. Defendo para este País a mudança de estrutura, defendo para este

País a implantação do Socialismo. Mas o socialismo, como prática política, não se dá através do discurso e eu dizia naquela manifestação, para fazer hoje um paradigma, em relação, à questão democrática do País, que o Socialismo não se pratica no discurso, se pratica no dia-a-dia, na sua vida pessoal, no seu trabalho, na sua responsabilidade. Se você é membro de um governo, do executivo, deve praticar o Socialismo dia a dia. Se você é um parlamentar deve ter essa prática no dia a dia. Se você quer, neste País, a democracia deve ter uma prática democrática.

Vamos discutir a questão do mandato antes, agora. Não há diferença entre o mandato ser decidido pela Constituinte em 86, ou o mandato ser decidido hoje no Congresso Nacional. Não há diferença. A diferença se dá para aqueles que têm interesse em adiar os problemas.

Por isso, estou abrindo o debate no Congresso Nacional para dizer que vejo com muita preocupação, hoje, aqueles que ontem criticavam uma postura conservadora de poder e terem o mesmo discurso que hoje. Quanto a isso me insurjo. E digo com a tranquilidade e com a independência de quem pode afirmar no Congresso Nacional que o PDT, com os seus 29 Votos irá ao Colégio Eleitoral, derrotará Maluf e elegerá Tancredo Neves. Mas não elegerá Tancredo Neves de cócoras, elegerá Tancredo Neves cobrando posicionamentos do maior Partido de Oposição ou da Aliança Democrática, hoje e agora. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. José Genoino — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP) — Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Pela evidente falta de *quorum*, solicito a suspensão da sessão e justifico o seguinte: é que fizemos isso ontem e hoje; fizemos isso nesses dois dias em sinal de protesto, porque o Orçamento da União burla a Lei Calmon. Ele foi feito de uma maneira tal que não se respeitou a Lei Calmon. Nesse sentido, registramos, ontem e hoje, esse pedido de suspensão da sessão por evidente falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — É regimental o requerimento de V. Ex^a Antes, porém, a Presidência convoca os Senhores Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 13, de 1984-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1985, nas partes referentes à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Poder Judiciário, à Presidência da República, aos Ministérios da Aeronáutica, da Agricultura, das Comunicações, do Exército, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, do Interior (parte geral, Projeto Rondon, Territórios, SUDAM, SUFRAMA, SUDENE, CODEVASF, SUDECO e SUDESUL), da Justiça, da Marinha, das Minas e Energia, da Previdência e Assistência Social, das Relações Exteriores, da Saúde, do Trabalho e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 50 minutos.)

Ata da 367ª Sessão Conjunta em 14 de novembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Milton Cabral

ÀS 19 HORAS E 13 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Morvan Aacyaba — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno —

PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcilio — PDS; Furtado Leite — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB;

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo

Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Willmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rolemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gerae — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB;

José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Oscar Alves — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darley Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marzecan — PDS; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Telmo Kirst — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 245 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa mensagens do Senhor Presidente da República, que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

MENSAGEM Nº 107, DE 1984-CN

(Nº 456/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de solicitar a Vossas Excelências a retirada, para reexame, da Mensagem nº 365, de 15 de outubro de 1984, relativa a projeto de lei que “dispõe sobre o controle e a fiscalização da produção, da exportação, da importação, da comercialização e da utilização dos produtos fitossanitários e de seus componentes e dá outras providências”.

Brasília, 14 de novembro de 1984. — João Figueiredo.

MENSAGEM Nº 108, DE 1984-CN

(Nº 457/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de solicitar a Vossas Excelências a retirada, para reexame, da Mensagem nº 364, de 15 de outubro de 1984, relativa a projeto de lei que “transforma a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC em autarquia e dá outras providências”.

Brasília, 14 de novembro de 1984. — João Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — As Mensagens nºs 364 e 365, de 1984, às quais se refere o Senhor

Presidente da República, tomaram no Congresso Nacional os nºs 100 e 101, de 1984-CN e encaminharam, respectivamente, os Projetos de Lei nºs 18 e 19, de 1984-CN, ainda não lidas. Em atendimento à solicitação presidencial, determino o arquivamento daquelas proposições.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Brasil tem sido palco do sistemático assassinato, pela fome e pela falta de assistência médica, de milhares e milhares de crianças. Segundo a UNICEF, entidade filiada às Nações Unidas, morrem, em nosso País, cerca de 1.000 crianças diariamente pelas infecções e pela desnutrição. São 365.000 mortes por ano depositadas na conta corrente da fome, do subdesenvolvimento e do desgoverno.

Esse relatório da UNICEF, Sr. Presidente, ninguém o desmente. Ele se refere ao exercício de 1983 e ninguém o desmente: nem o Ministro da Previdência, o loquaz Coronel Jarbas Passarinho, nem o porta-voz da Presidência da República, o sinistro Sr. Carlos Átila. Ninguém o desdiz: nem a Ministra da Educação, a circunspecta professora Esther Ferraz, nem o Ministro da Saúde, o Sr. Direceu Arcoverde. Nem os dirigentes da área econômica, nem o Sr. João Figueiredo.

Calam, eles todos, um silêncio cúmplice! Calam e consentem. Não desmentem e aceitam.

Vou mais além, aliás, na análise do Relatório da UNICEF: 15% dos brasileiros, sobre o total de 130 milhões de almas, foram mutilados pela fome e pela desnutrição. Mutilados total ou parcialmente, física e intelectualmente, pela concentração da riqueza em poucas mãos, pela subserviência do regime diante dos interesses dos grandes monopólios. E os mesmos cidadãos, os mesmos dirigentes, tornam a calar, a consentir, a aceitar, a não desmentir, a não negar o crime de que são cúmplices, pela ação e pela inação, pela ação e pela omissão também.

O Governo destina poucos recursos a programas de saúde, no Orçamento da União. Prefere cobrir os rombos da corrupção. Prefere as grandes obras de faraós comprometidos e conspurcados.

O Governo paga mal aos funcionários dos seus hospitais. Joga claramente a favor da privatização do sistema de saúde. Joga o jogo dos grupos privados. Nega ao povo o atendimento decente e gratuito.

O Governo faz “economia” cortando as verbas da Previdência. E faltam os medicamentos, as condições mínimas de trabalho e prestação do serviço médico-hospitalar estatal.

O Governo brasileiro, em poucas palavras, Sr. Presidente, está vendendo e matando a Previdência Social.

É o Governo dos ricos, dos privilegiados, dos irresponsáveis e dos insensíveis, não sei se mais irresponsáveis ou mais insensíveis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, mais um líder camponês foi assassinado no Brasil. Anastácio Abreu e Lima, Delegado dos Trabalhadores Rurais do Rio Tinto, na Paraíba, teve

morte cruel, sábado, pelas mãos de Moacir Calixto e seu filho Edvaldo Calixto, capatazes da Destilaria Japangu.

Anastácio havia comandado a última greve dos canavieiros, naquela região, e foi marcado para morrer. Esta reivindicando o cumprimento das conquistas legais dos seus companheiros, asseguradas pela Justiça do Trabalho. Passou a ser alvo do ódio e da sede de vingança do latifúndio.

Em represália à paralisação das massas obreiras dos campos, para postularem direitos legítimos, moradores do Japangu vinham sendo despejados, violentamente, pelos proprietários daquelas terras. Encontraram corajosas resistência da vítima, no exercício do seu mandato de representante sindical.

Daí, a destruição de sua vida, de forma covarde. A impunidade de autores de homicídios de líderes camponeses, tem sido fonte de estímulo para novas matanças. É claro, Sr. Presidente que urge uma reação, em todos os níveis de autoridade deste país, para que dirigentes camponeses não sejam assim, todo dia, sacrificados.

Denuncio à Nação a morte de Anastácio Abreu e Lima, e o faço agora em nome da Bancada Federal da Paraíba, integrada pelos nobres Deputados João Agripino, Aloísio Campos, José Maranhão, Carneiro Arno, eu próprio e acho que também em nome de V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Milton Cabral, solidário com as massas obreiras de nossos campos.

É evidente a necessidade da restauração da ordem democrática no Brasil. Os profissionais do trabuco, esses artífices da morte, agem sempre à sombra de um poder que consideram ditatorial e, por isso mesmo, infenso a qualquer tipo de apuração e punição desses assassinos cruéis.

O latifúndio já não se satisfaz em sugar até a última gota o suor dos camponeses, quer, agora, alimentar-se do seu sangue. Corre sangue na Paraíba pelas mãos assassinas de latifundiários e seus asseclas. E o povo se levanta em clamor, naquele Estado, e clama por justiça e a fará pelas próprias mãos, Sr. Presidente, caso os mandatários desta República não oponham um fortíssimo dia que às investidas assassinas de egoistas proprietários de terras. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Vianna.

O SR. JORGE VIANNA (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas:

Ocupamos os microfones desta sessão do Congresso Nacional, nós que há dois anos vimos lutando para mostrar o que é este órgão de dominação regional que, durante 26 anos, montou uma verdadeira estrutura feudal e oligárquica na região do cacau da Bahia, e que, através de notícias de jornais, de vasta e rica propaganda com o dinheiro da lavoura, diga-se de passagem, vem se mantendo no poder, durante tantos anos, tecnocratas que temos denunciado aqui nestes dois últimos anos, montando e demonstrando como se joga fora o dinheiro de uma região, montando uma farsa.

Aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, temos convocado Ministros à Comissão de Agricultura para demonstrar como os tecnocratas vêm enganando esta Nação e enganaram de tal forma, que criaram órgãos de mentira, como é o caso de associações de produtores mantidas com o dinheiro da CEPLAC, recebendo essas associações de produtores, cerca de um bilhão de cruzeiros por ano para gastos, dizendo que falam em nome da lavoura, quando a lavoura efetivamente, se vê sangrada por um confisco odioso e miserável de 10%, que no ano passado chegou a 40%.

Esses tecnocratas fizeram ver ao Governo, ao qual servem servilmente durante todos esses anos de obscurantismo, que lá a coisa é tranquila, e fizeram o Governo, enganado por estes tecnocratas, enviar a esta Casa uma mensagem transformando esse órgão numa autarquia. O Governo, tenho certeza, estava mal informado. E quando aqui mantivemos essa trincheira de luta, vieram os exportadores, e a nós se juntaram também os prefeitos, os homens de bem, e toda a região cacauiera da Bahia: economistas, Associação Comercial da Capital, associações comerciais de diversos municípios, mostrando que a farsa não poderia perdurar, e não seria através de um decreto-lei, de um projeto enviado a esta Casa, de uma mensagem presidencial, não seria com o descurso de prazo, no apagar das luzes que se cometaria esse atentado, porque queríamos discutir amplamente, mostrar as distorções, mostrar e discutir com toda a sociedade o projeto.

Queremos ressaltar, Sr. Presidente, agora, a sensibilidade do Governo que, alertado para o problema, alertado pelas Lideranças do PMDB, pelo Deputado Freitas Nobre, e pelo Senador Humberto Lucena, pelo Senador Aloysio Chaves do PDS, pelo Líder Nelson Marchezan, pelo Vice-Líder Nilson Gibson, pelo Líderes da Oposição do PDT, do PT e do PTB, todos juntos, mostraram ao Governo que não era nessa hora, no apagar das luzes do Governo, que se iria fazer mais esse atentado a uma região. E o Governo sensibilizado retira, neste momento, o projeto da CEPLAC.

Aqui, só temos de agradecer a sensibilidade do Governo e dizer que, de nossa parte, não haverá, esperamos mais obstrução nas sessões do Congresso Nacional até o fim da presente legislatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JOÃO BASTOS (PMDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Bastos, como Líder do PMDB.

O SR. JOÃO BASTOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Não há mais oradores para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 13, de 1984-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1985.

Não foram apresentadas emendas aos subanexos constantes da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passemos, portanto, ao

Item I:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 93, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 3 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, para discutir a matéria.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE) — Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nesta melancólica sessão de 14 de novembro, com esplendoroso comparecimento dos Srs. Congressistas, dever-se-ia discutir e votar a mais importante lei submetida à deliberação do Congresso Nacional, a sua Lei de Meios, que deveria e vai regular toda a despesa da união, no País: a despesa com o legislativo, com o Executivo, com o Judiciário, com as Forças Armadas, com educação, saúde, agricultura, alimentação.

O Congresso, todavia, é isso que estamos acostumados a ver, isto é, um poder que, no dizer do eminentíssimo Professor Pontes de Miranda, foi degradado pelo golpe militar. É um truismo antigo e evidente que os Parlamentares foram criados para regular a taxação e a despesa dos Estados. na Inglaterra os tratadistas disseram sempre que o poder de taxar é o poder de destruir: **The power to tax is the power to destroy.**

No entanto, uma das primeiras providências do golpe militar foi alterar a Constituição para dispor, nesse modelo, de norma autoritária, ditatorial, que é o § 1º do art. 65 da Constituição.

Falando sobretudo para os Anais e em discurso que pretendo transmitir ao eleitorado do Estado que represento, devo citar o dispositivo constitucional que explica a ausência dos Congressistas a esta discussão do Orçamento, explica o desinteresse do Congresso. Diz o § 1º do art. 65, regulando a competência do Executivo na iniciativa das Leis orçamentárias:

“Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo.”

Em última análise, o Congresso nada pode fazer em relação ao Orçamento, senão rejeitá-lo. E como sua rejeição implicaria na paralisação das obras públicas, no pagamento do funcionalismo público, importaria tal atitude num colapso da administração, coloca-se perante o Congresso a escolha de destruir a administração ou aceitar o orçamento que lhe é imposto. E o Congresso curva a cerviz, aceita a imposição, como a tem aceito nos últimos 20 anos.

Ainda antes da Constituição de 1967 — aqui vejo o ilustre Senador Virgílio Távora, que foi Relator naquela época conseguimos alterações substanciais no Orçamento, algumas até como aquela que permitiu a construção da Represa de Itapacurá, em Pernambuco, com a aprovação do Eleitor, desde então o Senador Virgílio Távora. Nada disso hoje é possível fazer.

Não posso, porém, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, deixar de fazer alguns reparos, e passo a fazê-los, para a brevidade, sobre a parte do Orçamento que diz respeito à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. O Lamentável que na Comissão de Orçamento, onde tem assento 15 representantes do Nordeste e 21 representantes do maior Partido da Oposição, que é meu Partido, o PMDB, de se tenha aprovado uma proposta lamentável como esta.

A proposta, cujo Relator foi o eminentíssimo Senador Moacyr Duarte, significa que a SUDENE vai gastar no exercício de 1985, 85% de seus recursos com o pagamento da dívida externa. Só 15% dos recursos da SUDENE serão atribuídos ao pagamento de sua administração, de seu funcionalismo e de encargos que ela deveria exercer na promoção do desenvolvimento regional.

Vejo que o nobre Deputado José Carlos Teixeira escuta estarrecido esse dados, mas são os que constam da publicação oficial.

O Sr. José Carlos Teixeira — Permite-me V. Exº um aparte?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Com muito prazer, nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O Sr. José Carlos Teixeira — Nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, V. Exº, como nordestino ilustre Pernambucano, sobre que ao analizar a situação da nossa SUDENE. Chega-se a uma conclusão realmente triste para todos nós, nordestinos; porque é um estado de pré-insolvência, da impossibilidade absoluta e total de se exercitar qualquer programa no próximo ano. Eu creio evidentemente, que tudo isso nada mais é do que consequência do que passaram a impor ao Congresso brasileiro, a partir da Emenda nº 1, da Junta Militar, em 1969, quando subtraiu de todos nós o poder de legislar sobre matéria financeira.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Foi exatamente o que afirmei no início do meu discurso. Registro com prazer a concordância de V. Exº com essa tese.

O Sr. José Carlos Teixeira — Em decorrência disso, todos nós ficamos estupefatos, mas temos a certeza de que com uma grande reforma econômico-financeira e tributária, vamos devolver à SUDENE o papel que lhe cabe desde seu primeiro instante, o de realmente fazer com que ela seja um instrumento de desenvolvimento, de mudanças, de transformações sociais, onde possa efetivamente levar à zona rural aquela aplicação imprescindível na estrutura agrária, para que possamos, então, incorporando a população rural a um processo de afirmação de poder aquisitivo, teremos a certeza de que a justiça social irá chegar ao nosso Nordeste.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Registro com prazer o valioso aparte do nobre Deputado por Sergipe.

O Sr. Virgílio Távora — V. Exº dá licença de um aparte, eminentíssimo Deputado Oswaldo Lima Filho?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Com muito prazer!

O Sr. Virgílio Távora — Por coincidência, eminentíssimo ex-Ministro, a SUDENE solicitou ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados o auxílio, sob a forma de participação de seus membros, para uma comissão que hoje elabora justamente os anteprojetos de reformas constitucionais necessárias para que ela volte a ser aquele órgão de que tanto nos orgulhávamos — V. Exº e nós — em idos que já vão longe. Podemos dizer a V. Exº que nos próximos dias 20, 21 e 22, os diferentes grupos de trabalho que são compostos de membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, que voluntariamente estão prestando sua colaboração nesse esforço daquele órgão desenvolvimentista, reunir-se-ão aqui em Brasília, para justamente acertarem os detalhes finais daquilo que será apresentado como reivindicação da SUDENE aos Srs. Governadores e, após isso, àqueles que, futura e presumitivamente, deverão exercer a suprema Magistratura do País. Era o esclarecimento que queria dar a V. Exº.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Nobre Senador Virgílio Távora, ressaltando o espírito público de V. Exº, que nunca me cansei de exaltar no Congresso Nacional desde longos tempos em que aqui perlustramos, quase sempre em correntes opostas, mas visando ao interesse público, quero dizer que só acredito em solução para problemas como esse através de uma Assembléia Nacional Constituinte que restaure a estrutura jurídica do Estado brasileiro, que reconduza o País ao seu leito natural, que restaure as prerrogativas e atribuições do Congresso Nacional e, inclusive, permita a reconstrução de órgãos como a Superintendência da SUDENE, como bem salientou o nobre Deputado José Carlos Teixeira, que foi o objeto dos nossos cuidados — de V. Exº, meu, e de tantos companheiros — nos idos de 1959, quando os planos diretores eram aqui votados com interesse, com

atenção, com o plenário cheio, com as Comissões discutindo cada matéria.

Só queria, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, em cumprimento do meu dever parlamentar, fazer outros reparos a este Orçamento, salientando, por exemplo, que estão previstas no Orçamento, obras de irrigação no valor de 83 bilhões e 350 milhões, o que é ridículo, se atentarmos que no vale do São Francisco e por todo o Nordeste, há mais de 2 milhões de hectares a serem irrigados numa zona de miséria, de fome, numa das zonas mais miseráveis do Globo. Enquanto a Nação gastou 14 bilhões de dólares, o que deveria representar, hoje, aproximadamente 42 trilhões de cruzeiros, pretende-se atribuir neste Orçamento, 83 bilhões para todos os problemas de irrigação do Nordeste!

É, Sr. Presidente, um orçamento ridículo e, mais do que isso, um orçamento execrável, que representa bem a face da ditadura militar que assolou este País por 20 anos.

Concluo apenas, como o povo brasileiro, hoje, extenuando a esperança de que o Governo do eminente brasileiro e estadista, o ex-Governador Tancredo Neves, vai poder restabelecer a confiança brasileira, as atribuições do Congresso Nacional...

O Sr. João Bastos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Com prazer.

O Sr. João Bastos — Agradeço ao eminente colega Oswaldo Lima Filho. Gostaria de acrescentar, brilhante Deputado, algo àquilo que V. Ex^a afirma com muita exactidão. Esse algo se refere à necessidade, a par de tantas outras referidas por V. Ex^a, de também se levar a cabo, neste País uma autêntica, uma concreta reforma tributária. É o Nordeste, como V. Ex^a bem afirma, a reclamar recursos, a reclamar planos diretores, a reclamar uma filosofia própria para suas vicissitudes. Por outro lado, são os municípios a reclamar justiça para com os mesmos. Recentemente, nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, todos sabemos disso, tomamos ciência, através da imprensa, dos descontos impróprios, indevidos, havidos do Fundo de Participação dos Municípios por parte da SEPLAN, sob sua orientação e seu patrocínio. Muitos prefeitos estavam esperando este Fundo, não para aplicá-lo em obras mas para poder fazer face às suas folhas de pagamento e vem a SEPLAN, ceifa e corta o FPM numa atitude de arbitrio, numa atitude que não vem acompanhada sequer de explicações dignas. Então, nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, concordo com sua tese da Constituinte. Este País precisa ser passado a limpo, para que se faça justiça ao Nordeste, para que se faça justiça ao município, que é a *celula mater* da Nação; não haverá Nação grande enquanto o município for fraco, combalido economicamente. Término fazendo minhas as suas assertivas em prol do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Nobre Deputado João Bastos, segundo as valiosas afirmações de V. Ex^a sobre a necessidade de uma Reforma Tributária, que está na consciência nacional. Como vinha concluindo esta modesta oração, quero apenas salientar que as esperanças da Nação se voltam hoje para o futuro Governo Tancredo Neves, certa a Nação, certo todo o povo brasileiro, de que através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte poderemos reconstruir, passo a passo, pedra a pedra, tijolo a tijolo, todo o arcabouço constitucional destruído pela ditadura militar. Então, já no futuro Governo, ainda mesmo antes da convocação da Constituinte, que deverá vir nas próximas eleições gerais de 1986, poderemos ir alterando a Constituição para permitir que o Congresso Nacional participe da administração do País, como ocorre em todas as nações demo-

cráticas, elaborando sua Lei de Meios e corrigindo erros, despautérios e crimes, mesmo esses que vêm sendo praticados no Brasil.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo do Poder Legislativo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Legislativo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 5:**

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Judiciário permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Presidência da República, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob nº 97, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 3 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo do Poder Executivo — Presidência da República queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Executivo — Presidência da República queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob nº 98, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 2 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo do Poder Executivo-Ministério da Aeronáutica queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Executivo-Ministério da Aeronáutica queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 7:**

Discussão, em turno único, do Subanexo do Poder Executivo — Ministério da Agricultura, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob nº 99, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 2 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo do Poder Executivo-Ministério da Agricultura queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Executivo-Ministério da Agricultura queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 8:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob nº 100, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 2 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Executivo — Ministério das Comunicações queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 9:** Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 102, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 2 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Executivo — Ministério do Exército queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 10:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 103, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 2 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 11:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 104, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia de 2 sessões, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 12:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte Geral, Projeto Rondon, FUNAI e Territórios), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 105, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta realizada hoje, às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo do Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte geral, Projeto Rondon, FUNAI e Territórios) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo do Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte geral, Projeto Rondon, FUNAI e Territórios) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 13:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDAM e SUFRAMA), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 107, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta realizada hoje, às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDAM e SUFRAMA) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDAM e SUFRAMA) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 14:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Executivo — Ministério do Interior (SUDENE e CODEVASF), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 108, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta realizada hoje, às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDENE e CODEVASF) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDENE e CODEVASF) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 15:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDECO e SUDESUL), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 109, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta realizada hoje, às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDECO e SUDESUL) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDECO e SUDESUL) queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 16:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 110, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta realizada hoje, às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — **Item 17:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 111, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta realizada hoje, às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 18:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 112, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 19:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 113, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

AS 20 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudiomar Roriz — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Morvan

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 20:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 114, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 21:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 115, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 22:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 116, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 23:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 120, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — As matérias que acabam de ser aprovadas voltam à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Nos termos dos arts. 55, § 1º, in Fine, e 51, § 3º, da Constituição, a Presidência convoca os Senhores Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 10 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 14 e 15, de 1984-CN, e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 41 e 46, de 1984-CN (7ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

Ata da 368ª Sessão Conjunta, em 14 de novembro de 1984
2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura
Presidência do Sr. Milton Cabral

ACAYABA — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolph Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorino Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Pará

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemburg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquissone Soares — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco-Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodoro Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Octávio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemburg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Tidi de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gerae — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Oscar Alves — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marcezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Moarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 265 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N° 26, DE 1984-CN

Requeiro, na forma do regimento, a inversão da Ordem do Dia para que o item nº 4 seja votado em 3º lugar.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 1984. — **João Bastos**, c/ Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Será cumprida a deliberação do Plenário.

Passa-se ao item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, o crédito especial de até Cr\$ 245.395.992,000 (duzentos e quarenta e cinco bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros) para o fim que especifica, tendo

PARECER, sob nº 71, de 1984-CN, da Comissão Mista, pela aprovação do projeto, vencido o Senhor Deputado Jacques D'Ornellas.

A matéria constou da Ordem do Dia das Sessões conjuntas de 11 e 25 de outubro próximo passado, respectivamente às dezoito horas e trinta minutos e às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de quorum para o prosseguimento dos trabalhos.

Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição, o projeto deixou novamente de ser

apreciado, por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos, em 7 sessões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Sobre a mesma, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 123, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, apresentando a Redação Final do Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial de até Cr\$ 245.395.992.000 (duzentos e quarenta e cinco bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros), para o fim que especifica”.

Relator: Deputado Italo Conti

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial de até Cr\$ 254.395.992.000 (duzentos e quarenta e cinco bilhões,

trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros), para o fim que especifica”, apresenta, em anexo, a Redação Final da referida proposta.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 1984. — Senador **Morvan Acayaba**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Deputado **Italo Conti**, Relator — Senador **Hélio Gueiros** — Deputado **Francisco Rollemberg** — Senador **Severo Gomes** — Deputado **Guido Moesch** — Senador **Almir Pinto** — Deputado **Jacques D'Ornellas** — Senador **Mauro Borges** — Senador **Lourival Baptista** — Deputado **Ruben Figueiró** — Deputado **Osvaldo Melo** — Senador **João Castelo** — Senador **Jutahy Magalhães** — Deputado **Sebastião Curió**.

ANEXO AO PARECER Nº 123, DE 1984-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército crédito especial até o limite de Cr\$ 245.395.992.000 (duzentos e quarenta e cinco bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros) para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, crédito especial até o limite de Cr\$ 245.395.992.000 (duzentos e quarenta e cinco bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros), para inclusão de dotações orçamentárias destinadas aos projetos e às atividades abaixo especificados

1600 — MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	245.395.992
1601 — Secretaria de Economia e Finanças ...	245.395.992
1601.03100565.630 — Desenvolvimento de Meios Militares	7.998.000
1601.03100575.631 — Difusão da Informação em Ciência e Tecnologia	837.000
1601.03100585.632 — Realização de Ensaios e Testes	837.000
1601.06221661.086 — Equipamento de Material de Telecomunicações	23.405.000
1601.06280555.629 — Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados	1.023.000
1601.06281664.613 — Manutenção de Material Bélico	175.062.934
1601.06281664.625 — Manutenção de Material de Intendência	1.881.956
1601.06281665.020 — Equipamento de Material de Intendência	3.205.144
1601.06281665.021 — Equipamento de Material Bélico	8.333.058
1601.13754285.024 — Equipamento de Material de Saúde	22.812.900

Os Srs. Deputados que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 15, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta de 25 de outubro próximo passado, às dezenove horas, deixando de ser apreciado por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição, o projeto deixou novamente de ser

apreciado, por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos, em 7 sessões.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, para proferir o parecer.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nos termos do § 2º do artigo 51 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros).

Conforme justifica a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o referido crédito especial tem por fim atender às despesas com a implantação, no âmbito do Ministério da Saúde, de Centros de Hemoterapia e Hematologia, nas cidades de Manaus, Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre e Macapá.

O art. 2º do projeto estabelece que os recursos necessários serão obtidos mediante a contratação, junto à Caixa Econômica Federal, de Operação de Crédito Interno.

Isto posto e considerando a conveniência do projeto em termos dos objetivos de saúde pública que o fundamenta, opinamos por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão a matéria. (pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Sobre a mesma, redação final do Projeto de Lei nº 15, de 1984-CN, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 124, DE 1984-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, apresentando a Redação Final do Projeto de Lei nº 15, de 1984-CN, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica”.

Relator: Senador Almir Pinto

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 15, de 1984-CN, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros) para o fim que especifica”, apresenta, em anexo, a Redação Final da referida proposta.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 1984. — Deputado **Anselmo Peraro**, Presidente — Senador **Almir Pinto**, Relator — Deputado **Oscar Alves** — Deputado **Tapety Júnior** — Senador **Jorge Kalume** — Senador **Jutahy Magalhães** — Deputado **Albino Coimbra** — Senador **Virgílio Távora** — Deputado **José Maria Magalhães** — Senador **Lenoir Vargas** — Senador **José Ignácio Ferreira** — Senador **Mauro Borges**.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei decorrerão do produto da operação de crédito externa, contratada pelo Ministério do Exército, junto ao Libra Bank Limited — Londres.

Art. 3º O limite de que trata o art. 1º poderá ser readjustado através de abertura de créditos suplementares, em conformidade com as variações cambiais verificadas, a maior, no decorrer da vigência do crédito especial de que trata esta Lei, observadas as destinações específicas no mencionado artigo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

ANEXO AO PARECER Nº 124, DE 1984-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 15, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Saúde, crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao seguinte programa de trabalho:

Cr\$ 1.000

2.500 — MINISTÉRIO DA SAÚDE

2.502 — SECRETARIA GERAL

— Implementação da Rede de Suprimento e Distribuição de Sangue e Hemoderivados 1.700.000

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei decorrerão do produto de operação de crédito interna, contratada pelo Ministério da Saúde junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — De acordo com a aprovação de Requerimento nº 26/84-CN, o item 4 passa a ser apreciado em terceiro lugar.

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 66, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.119, de 14 de maio de 1984, que dispõe sobre a Incorporação da Gratificação que menciona ao Provento da Aposentadoria, e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta de 31 de outubro próximo passado, às dezenove horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do artigo 55 da Constituição, o projeto deixou novamente de ser apreciado, por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos, em 7 sessões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Passa-se, agora, ao item 3.

O Sr. João Bastos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado João Bastos.

O SR. JOÃO BASTOS (PMDB — SP) — Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com base no § 2º, art. 29, do Regimento Comum, solicito a V. Exº, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — É regimental o requerimento de V. Exº. Efetivamente não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

Antes de encerrar a sessão a Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se sexta-feira, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 99, de 1984-CN, referente ao Projeto de Lei nº 17, de 1984-CN, que dispõe sobre as atividades da eqüideocultura no País e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.)

Discurso proferido pelo Sr. José Frejat na sessão conjunta de 3-10-84, que se república por haver saído com incorreções no DCN de 4-10-84, na página 2.397.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está em discussão o Projeto de informática, que trouxe, na sua erupção, uma gama de debates, mostrando à Nação os interesses nacionais e antinacionais envolvidos na questão.

A reserva de mercado levantou celeuma dentre aqueles interessados em fornecer ao capital estrangeiro as mesmas possibilidades ou até melhores que o capital nacional. Felizmente o projeto do Poder Executivo acolheu a reserva de mercado e, aqui, no Congresso, apesar dos esforços de algumas forças, não houve possibilidade de alterar esse posicionamento, que é o da Nação em favor da reserva de mercado.

O processo de industrialização do nosso País sempre foi feito com os recursos da Nação. O empresariado nacional tem sido ricamente privilegiado no seu trabalho de montagem de fábricas e de produção, com financiamento pelos estabelecimentos de crédito, com juros e correção monetária fixos, com uma gama de isenção de impostos e de incentivos fiscais. Esse empresariado, na sua generalidade, sempre tem ficado contra a democracia. O povo brasileiro tem pago o processo de industrialização de nosso País com o maior sacrifício, ganhando salário mínimo, num País em que mais de 50% dos trabalhadores percebem salário mínimo, num País em que o trabalhador que ganha 375 mil e 1 cruzeiro paga 12% na fonte. Pois bem, esses quase 50 milhões de trabalhadores é que estão pagando o processo de industrialização, processo que não respeita os direitos do povo brasileiro, que está provocando sérios problemas em vários lugares, como Cubatão, Bahia e Rio de Janeiro, que está provocando a poluição, contaminando os rios. O rio Paraíba, hoje, não tem mais água potável. Não se pode mais beber sua água. Muitas vezes, investimentos são feitos com o dinheiro do povo para sanear o rio, que foi poluído pelas empresas que receberam o maior incentivo para se instalarem. Então, o povo paga duplamente: paga a industrialização e paga, depois, a despoluição das cidades,

dos rios e das fontes de água. Este é o processo de industrialização do empresariado, que advoga que o Estado não deve intervir na economia. Se não deve intervir na economia, não deve dar também incentivos, facilidades para o capital nacional ou estrangeiro. Como o grande empresariado brasileiro se formou? Com a intervenção do Estado, dando-lhe incentivos, retirando do povo brasileiro, do povo trabalhador para promover a industrialização do País. E quem se beneficia das empresas estatais é o empresariado, nunca os trabalhadores. Quem se beneficia da PETROBRÁS? Quem se beneficia do aço subsidiado de Volta Redonda? São os empresários nacionais, não o povo brasileiro.

Então, é preciso que os empresários saibam que a Nação está consciente. Está oferecendo este projeto com reserva de mercado, com isenção de impostos a empresários que, em geral, se colocam contra a democracia, contra o reajuste de salários, contra os direitos dos trabalhadores. É preciso que os trabalhadores se conscientizem dessa problemática, para fortalecer a sua luta na reivindicação dos seus direitos e dos seus salários.

Estamos dando à indústria da informática isenção de parte de Imposto de Importação e Exportação, de Imposto de Renda e vários outros tributos. Estamos zerando os impostos cobrados a estes empresários. É preciso que eles tenham consciência disso.

Cheguei a apresentar uma emenda no sentido de que essas isenções fossem de até 50%, porque já estamos dando a reserva de mercado. A emenda foi rejeitada.

Pretendíamos apresentar uma solicitação de destaque para essa emenda. Mas não está havendo acordo entre as Lideranças, e também não queremos forçar a mão. Vamos compor com as Lideranças, para ver qual a melhor solução.

Sr. Presidente, também apresentei uma emenda, no sentido de alterar o dispositivo que diz que outros incentivos e isenções poderão ser concedidas às empresas de informática, quando elas fizerem convênio com as universidades brasileiras. Minha emenda foi no sentido de que esses convênios, obrigatoriamente — para receber os incentivos e isenções — deveriam ser feitos com as universidades públicas, municipais, estaduais e federais. Também esta emenda foi rejeitada pela Comissão Mista.

Não podemos aqui financiar o ensino privado, que já se beneficia das milhares de bolsas de estudos dadas pelo Governo Federal e também pelos Parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal. Queremos que o ensino particular sobreviva, mas com os seus próprios recursos, não com os recursos do Governo. Por isso, apresentei a Emenda nº 212, no sentido de que esses convênios fossem feitos apenas com as universidades públicas. Era uma forma também de aquinhar as universidades públicas com recursos que, muitas vezes, faltam para as suas próprias atividades.

Sr. Presidente, quero mostrar como este regime capitalista é altamente subversivo e totalitário, porque, ao mesmo tempo em que, desde que o Brasil processa a sua industrialização, temos dado imensos recursos aos industriais, aos empresários brasileiros, estes não têm tido sensibilidade, no campo social, para com os trabalhadores. Querem apenas abocanhar. Fizeram pressão sobre o Congresso para aprovarmos todos aqueles Decretos-Leis da série 2.000, 2.045, 2.012, 2.065, que arrochavam os salários dos trabalhadores. O empresariado defendia aquela tese, apesar de as Oposições estarem aqui esclarecendo que seriam eles os prejudicados, que seria o Governo prejudicado com a recessão. E hoje estamos vendo o resultado: o Governo envia-nos um projeto, com o apoio do próprio empresariado, já sacrificado, como previam as Oposições, alterando o Projeto de Lei nº 2.065. E ontem ele foi alterado, pelas emendas apresentadas.

Mas quero mostrar que o projeto de industrialização, no Brasil, sempre foi feito à custa do povo, à custa dos

trabalhadores. Vejamos os benefícios que o governo tem dado às indústrias e que hoje damos nesse processo de informática. Está aqui a tabela do Imposto de Renda do assalariado, no Diário Oficial de 1º de junho de 1984, com a Instrução Normativa nº 56, de 31 de maio de 1984, que dispõe sobre o desconto do imposto sobre o rendimento do trabalho. O pobre trabalhador brasileiro que ganha 375 mil e 1 cruzeiro mensais desconta 12% de Imposto de Renda na fonte; o trabalhador que ganha 548 mil e 1 cruzeiro paga 16% de Imposto de Renda na fonte; o trabalhador que ganha 780 mil e 1 cruzeiro desconta 20% de Imposto de Renda na fonte.

Este é o processo de industrialização do País, sustentado pelos miseráveis trabalhadores brasileiros. Este é o regime capitalista subversivo e totalitário que espolia o nosso povo, em detrimento de privilegiados, que constroem suas fábricas e depois querem acabar com a PETROBRÁS, com Volta Redonda e com as empresas estatais, das quais são os principais beneficiários. Isto é que precisamos mostrar ao povo brasileiro, como se processa a industrialização e como se fabricam as fortunas neste Brasil da minoria privilegiada, essa minoria branca e rica que nos espolia desde as épocas cabralinas até hoje.

Temos quase 50 milhões de trabalhadores, e o Ministério do Trabalho revelava, nas suas estatísticas do ano passado, que 18 milhões não têm carteira assinada. Dezoito milhões de trabalhadores sem carteira assinada representam, para o INAMPS, uma evasão mensal de 100 bilhões de cruzeiros. Onde estão as Delegacias Regionais

do Trabalho? Onde está a estrutura do Ministério do Trabalho? Pactuando com o empresariado, com o capital estrangeiro, nessa exploração ao trabalhador que nem condições de trabalhar tem, porque não tem as mínimas condições de salubridade, morrem nos acidentes de trabalho que são cada vez mais freqüentes em nossa terra. Sr. Presidente, a minha fala diz respeito menos ao processo de informática do que a esse processo de espoliação, que devemos levar à praça pública para que o povo compreenda a causa da miséria, a causa das favelas, a causa da discriminação dos nossos irmãos negros que são, todos eles, um exército de reserva para esse mercado de salário mínimo. Esta é a situação do nosso povo, quando as empresas contabilizam bilhões de lucros mensais.

Verificamos que, no mercado de especulação do **open market**, cobra-se 10% de Imposto de Renda sobre o lucro, enquanto se descontam 20% do salário do trabalhador. Se eu investir hoje, no **open market**, 10 milhões de cruzeiros, dentro de um mês terei, tranquilamente, um milhão de cruzeiros de lucro e vou pagar apenas 10% de Imposto de Renda sobre ele. Enquanto isso, o trabalhador que ganha 375 mil e 1 cruzeiro desconta 12% e o que ganha 780 mil e 1 cruzeiro desconta 20%. Esta é a legislação feita através de decreto-lei, que permite ao especulador viver sem trabalhar, investindo no **open market** ou no **over night**.

Este é o regime capitalista subversivo, totalitário, destruidor das nossas instituições, desagregador da família. Por isso digo que a delinquência maior é a do regime, é a do Governo, e não a dos marginais. A delinquência

maior é a dos dirigentes deste País, dos responsáveis pelo Governo e pela nossa economia, ao permitirem que um pai de família que ganha 375 mil e 1 cruzeiro desconte 12% de Imposto de Renda, ao passo que se desconta apenas 10% sobre o lucro obtido no **open market**. Este Governo está incentivando o desemprego quando obriga o empresário, ou aquele que tem uma atividade no campo, a especular no mercado de **open market**. Se há favorecimento ao mercado de especulação, por que vai o empresário investir na indústria ou na agropecuária, tendo que arcar com as obrigações sociais, já que é obrigado a assinar a carteira de trabalhador? Não, ele prefere investir no **open market**.

Por isso, as indústrias estão fechando e os empresários estão passando a investir na bolsa, no **open market**, nas Cadernetas de Poupança, porque é muito mais tranquilo, e o Imposto de Renda é apenas de 10%.

Para que trabalhar neste País? Por isso dizia o Sr. Ermírio de Moraes, com sabedoria: "Qualquer dia desses, deixo de trabalhar e vou ser banqueiro". São estes exatamente os privilegiados de nosso País, os banqueiros, os donos das financeiras, os especuladores, que estão levando o Brasil à derrocada, a transformar-se num mercado do capital estrangeiro, da especulação financeira. Os nossos trabalhadores sustentam este País, para gozo de uma minoria privilegiada, branca e rica, que nos vem espoliando, associando-se, muitas vezes ao capital estrangeiro para destruir as nossas instituições, destruir esta Nação, com o concurso deste Governo subversivo e totalitário. (Muito bem! Palmas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4^a edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

*Legislação alteradora e correlata.
Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Fede-
ral). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 1.500,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Nº 82

Preço:
Cr\$ 2.000,00*

Está circulando o nº 82 (abril/junho de 1984) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Este número, com 420 páginas, contém as seguintes matérias:

- Os métodos de solução pacífica de controvérsias internacionais: tendências recentes
Antônio Augusto Cançado Trindade
- Justiça social e interpretação no direito brasileiro
Haroldo Valladão
- Revogada a Constituição de 1967 — breve comentário a uma decisão do STF
Rubem Nogueira
- Parlamentarismo ou democracia?
Eduardo K. M. Carrion
- Aspectos do federalismo norte-americano
Torquato Lorena Jardim
- O direito da crise
Arnoldo Wald
- O desprestígio das leis
Eduardo Silva Costa
- O Parlamento brasileiro e o problema do menor abandonado
Paulo de Figueiredo
- Pena de morte e colônias correcionais
Paulino Jacques
- Processo político e participação
Carlos Antônio de Almeida Melo
- Voto distrital e os Partidos Políticos
David V. Fleischer

- Inconstitucionalidade de fusão e incorporação de Partidos Políticos
Celso Bastos
- A Missão Inglesa de 1924
Mircea Buescu
- Gestão de empresa com participação de seus empregados
(Carta federal — art. 165, inciso V)
José Martins Catharino
- Trabalhador brasileiro no estrangeiro
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
- Movimento sindical de trabalhadores rurais e a modernização da agricultura brasileira
Vilma Figueiredo
- Anotações ao Código da Propriedade Industrial (arts. 1º a 58 — Patentes)
Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- O Direito Penal Econômico e os crimes contra a propriedade industrial
Eleonora de Souza Luna
- Titularidade da obra intelectual
Antônio Chaves
- Direito de autor e interesse público nos países em desenvolvimento
Carlos Alberto Bittar

* Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal.
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00